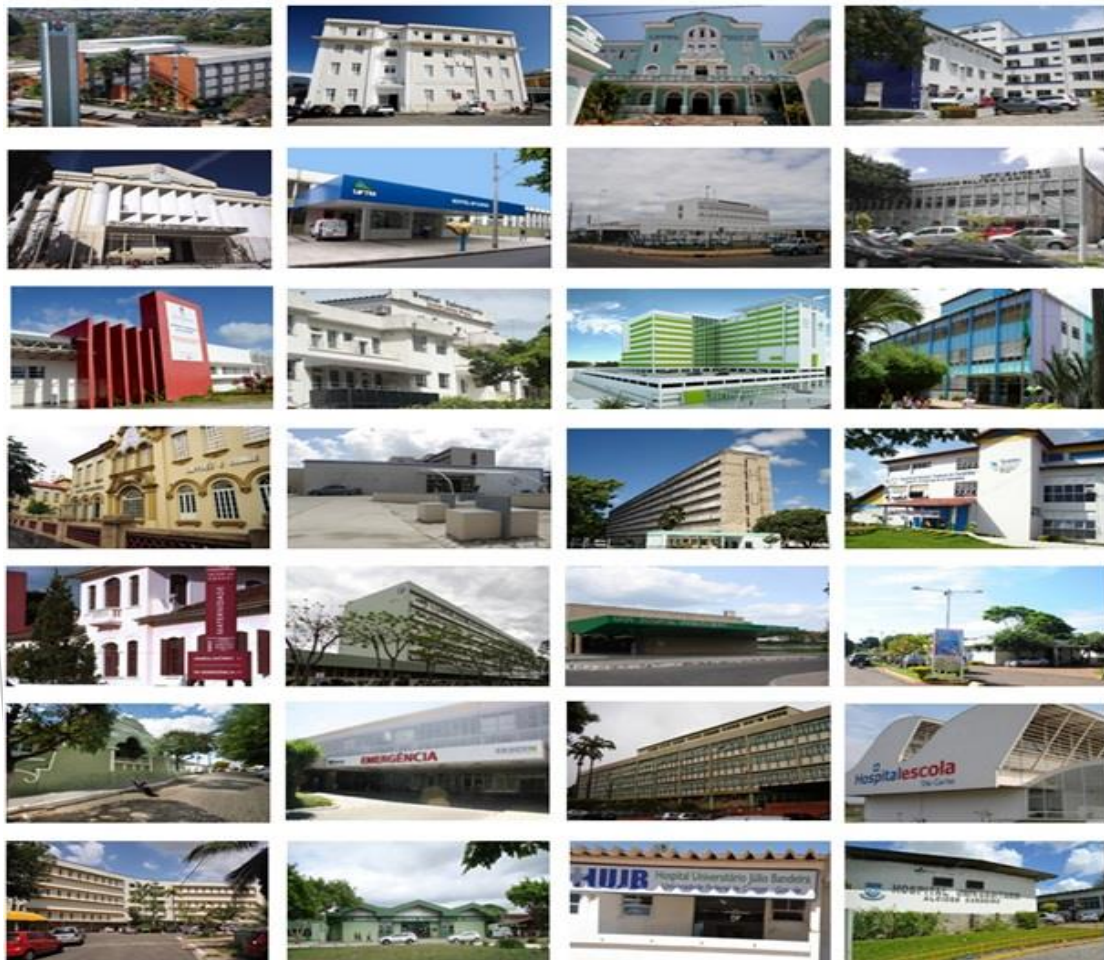


Demonstrações Contábeis Consolidadas

1º Trimestre de 2021



MILTON RIBEIRO

Ministro de Estado da Educação

OSWALDO DE JESUS FERREIRA

Presidente

EDUARDO CHAVES VIEIRA

Diretor Vice-Presidente Executivo

GUISEPPE CESARE GATTO

Diretoria de Atenção à Saúde

ERLON CÉSAR DENGO

Diretor de Administração e Infraestrutura

SIMONE HENRIQUETA COSSETIN SCHOLZE

Diretora de Gestão de Processos e Tecnologia da Informação

RODRIGO AUGUSTO BARBOSA

Diretor de Gestão de Pessoas

IARA FERREIRA PINHEIRO

Diretora de Orçamento e Finanças

Coordenadoria de Contabilidade e Finanças

Coordenador de Contabilidade e Finanças: Waslei José da Silva

Chefe de Serviço de Contabilidade: Alex Rodrigues Batista

Chefe de Serviço de Mensuração e Controle de Custos: Rafael Ribeiro Faim

Chefe de Serviço de Gestão Financeira: Aldemar Rodrigues de Oliveira

Mensagem da Diretoria Executiva	5
I. Balanço Patrimonial (BP).....	7
II. Demonstração do Resultado.....	8
III. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)	9
IV. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	10
V. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)	11
VI. Notas Explicativas (NE)	11
Nota a) – Contexto Operacional	12
Nota b) – Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis	14
Nota c) - Principais práticas contábeis.....	14
1. Ativo	18
1.1 Ativo Circulante	18
1.1.1 Caixa e Equivalente de Caixa	18
1.1.2 Valores a Curto Prazo – SUS	19
1.1.3 Subvenção de Custeio SUS a Receber	19
1.1.4 Adiantamentos e Créditos a Receber	20
1.1.5 Estoques	21
1.2 Ativo Não Circulante	24
1.2.1 Depósitos Judiciais	24
1.2.2 Imobilizado	24
1.2.2.1 Bens móveis.....	25
1.2.2.2 Bens Imóveis	26
1.2.2.3 Contratos de Arrendamento	26
1.2.2.4 Depreciação e Amortização do imobilizado.....	27
1.2.3 Impairment de ativos não financeiros	27
1.2.4 Intangível	28
2. Passivo.....	28
2.1 Passivo Circulante.....	28
2.1.1 Obrigações Trabalhistas a Pagar.....	29
2.1.2 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	29
2.1.3 Retenções de Impostos, Contribuições e Outras Retenções	30
2.1.4 Obrigações Transitórias a Curto Prazo	31
2.1.5 Subvenções a Realizar	32
2.2 Contratos de Arrendamento a Pagar	33
2.5 Patrimônio Líquido.....	35
2.5.1 Prejuízos Acumulados	36
3. Demonstração do Resultado.....	37
3.1 Receita Bruta de Serviços.....	37
3.1.1 Receita de Serviços e Exploração.....	37
3.2 Custos dos Serviços Prestados	37
3.3 Despesas Operacionais.....	37
3.3.1 Despesa com Pessoal, Encargos e Benefícios	37
3.3.2 Remuneração a Pessoal	38
3.3.3 Encargos Patronais	38
3.3.4 Benefícios a Pessoal.....	38
3.3.5 Outras Despesas com Pessoal e Encargos	39
3.3.6 Uso de Material de Consumo	39
3.3.7 Serviços Tomados.....	40
3.3.8 Depreciação, Amortização e <i>Impairment</i>	41
3.3.9 Perdas Involuntárias e Desfazimentos	41
3.3.10 Provisões para Riscos Fiscais	41
3.3.11 Despesas Tributárias.....	42

3.3.12	Outras Despesas Operacionais.....	42
3.3.13	Receitas Financeiras	43
3.3.14	Despesas Financeiras	43
3.3.15	Resultado Antes da Subvenção do Tesouro Nacional.....	43
3.3.16	Subvenção do Tesouro Nacional.....	44
3.3.17	Resultado Antes da Contribuição Social e Imposto de Renda	44
3.3.18	Ativo Fiscal Diferido	44
3.3.18	Resultado do Exercício	45
4	Transações com Partes Relacionadas.....	45
5	Informações Complementares	46
6	Conciliação Conforme Acórdão nº 2016/2006 – TCU – plenário.....	46
6.1	Considerações pertinentes às Demonstrações 6.404/1976 e 4.320/1964.....	47
6.2	Ativo	47
6.2.1	Passivo Circulante.....	48
6.3	Passivo Não Circulante.....	48
6.4	Patrimônio Líquido.....	49

Mensagem da Diretoria Executiva

Prezados (as) Senhores (as),

A Diretoria Executiva da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEERH, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, conforme inciso XIV, do art. 11 do Regimento Interno da EBSEERH, aprovado na 49ª Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 10 de maio de 2016, submete ao exame e deliberação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas referentes à situação patrimonial e financeira no período findo em 31 de março de 2021.

Com o objetivo de atender o disposto no item XIV do art. 11 do Estatuto Social da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEERH, as demonstrações financeiras foram elaboradas com base na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações).

A EBSEERH tem por finalidade a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como a prestação às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres de serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, observada, nos termos do art. 207 da Constituição, a autonomia universitária.¹

Nesse sentido, a EBSEERH tem por competência exercer o disposto no art. 4º, da Lei 12.550, de 15 de dezembro de 2016, a saber:

“I - Administrar unidades hospitalares, bem como prestar serviços de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, no âmbito do SUS;

II - Prestar às instituições federais de ensino superior e a outras instituições congêneres serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, mediante as condições que forem fixadas em seu estatuto social;

III - apoiar a execução de planos de ensino e pesquisa de instituições federais de ensino superior e de outras instituições congêneres, cuja vinculação com o campo da saúde pública ou com outros aspectos da sua atividade torne necessária essa cooperação, em especial na implementação das residências médica, multiprofissional e em área profissional da saúde, nas especialidades e regiões estratégicas para o SUS;

¹ Art. 3º, a Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011.

IV - Prestar serviços de apoio à geração do conhecimento em pesquisas básicas, clínicas e aplicadas nos hospitais universitários federais e a outras instituições congêneres;

V - Prestar serviços de apoio ao processo de gestão dos hospitais universitários e federais e a outras instituições congêneres, com implementação de sistema de gestão único com geração de indicadores quantitativos e qualitativos para o estabelecimento de metas; e

VI - Exercer outras atividades inerentes às suas finalidades, nos termos do seu estatuto social.”

Seguindo as premissas legais, foram definidos o propósito e a visão da Empresa. O propósito da EBSERH é ensinar para transformar o cuidar. Como visão, é ser referência nacional no ensino, na pesquisa, na extensão e na inovação no campo da saúde, na assistência pública humanizada e de qualidade em média e alta complexidade, e na gestão hospitalar, atuando de forma integrada com a Universidade e contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas de saúde.

Assim, as Demonstrações Contábeis consideram as características de constituição da EBSERH e os atos e fatos que ensejaram os lançamentos por cada unidade hospitalar, sendo seus registros contábeis de responsabilidade das equipes envolvidas e atuantes em cada local. Dessa forma, sempre que necessário, as demonstrações devem ser analisadas em conjunto com outros documentos disponíveis nos diversos setores responsáveis pela execução e lançamento dos eventos contabilizados.

I. Balanço Patrimonial (BP)

ATIVO	NOTA	31.03.2021	31.12.2020
CIRCULANTE	1.1	2.430.023.129,12	1.137.165.231,42
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.1.1	739.961.675,24	745.556.301,52
Valores a Curto Prazo - SUS	1.1.2	14.996.355,11	35.011.916,13
Subvenção de Custeio SUS a Receber	1.1.3	1.315.736.075,24	0,00
Adiantamentos e Créditos a Receber	1.1.3	12.344.420,83	17.233.041,32
Estoques	1.1.4	346.984.602,70	339.363.972,45
NÃO CIRCULANTE	1.2	613.020.973,07	557.949.458,56
Depósitos Judiciais	1.2.1	15.389.465,80	14.350.674,62
Imobilizado	1.2.3	530.286.257,24	483.557.905,12
Bens Móveis	1.2.3.1	579.692.167,18	529.446.242,16
Depreciação Bens Móveis	1.2.3.2	(102.119.440,47)	(93.914.863,65)
Redução a Valor Recup. De Imobilizado	1.2.3.3	(6.165.879,64)	(6.165.879,64)
Bens Imóveis	1.2.3.4	59.083.842,78	54.348.047,87
Depreciação Bens Imóveis	1.2.3.5	(204.432,61)	(155.641,62)
Intangível	1.2.4	67.345.250,03	60.040.878,82
Direito de uso de Imóvel	1.2.4.1	25.918.108,36	17.595.220,85
Softwares	1.2.4.2	54.065.505,80	53.609.751,03
Amortização Bens Intangíveis	1.2.4.3	(9.957.847,72)	(8.483.576,65)
Redução a Valor Recup. De Intangível	1.2.4.4	(2.680.516,41)	(2.680.516,41)
TOTAL DO ATIVO		3.043.044.102,19	1.695.114.689,98

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

EBSERH - EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
Balanço Patrimonial Consolidado
31 de Março de 2021

Em reais

PASSIVO	NOTA	31.03.2021	31.12.2020
CIRCULANTE	2.1	2.762.457.640,52	1.380.827.645,69
Obrigações Trabalhistas a Pagar	2.1.1	851.708.493,95	797.144.112,35
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.1.2	158.789.533,71	73.206.580,73
Retenções de Impostos, Contribuições	2.1.3	18.708.819,97	3.198.014,07
Obrigações Transitórias a Curto Prazo	2.1.4	24.225.410,14	41.167.984,56
Subvenção a Realizar	2.1.5	1.709.025.382,75	466110953,98
NÃO CIRCULANTE		253.315.626,92	259.788.383,65
Contratos de Arrendamento a Pagar	2.2	142.261.661,42	139.811.358,78
Contingência para Indenizações Trabalhistas	2.3	86.231.366,91	93.987.246,77
Contingência para Indenizações Cíveis	2.3	24.822.598,59	25.989.778,10
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.5	27.270.834,75	54.498.660,64
Capital Social Realizado	2.5.1	381.384.237,75	381.384.237,75
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital - AFAC	2.5.2	240.602.835,50	202.658.776,91
Ajustes de Avaliação Patrimonial de Ativos		-	383.667,75
Prejuízos acumulado		(594.716.238,50)	(529.928.021,77)
TOTAL DO PASSIVO		3.043.044.102,19	1.695.114.689,98

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas

II. Demonstração do Resultado

EBSERH - EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES			
Demonstração do Resultado		31 de Março de 2021	
Em reais			
DESCRIÇÃO	Nota	01.01.20201 a 31.03.2021	01.01.2020 a 31.03.2020
Receita Bruta	3.1	34.024.361,84	16.619.203,84
Receita com Serviços		34.024.361,84	16.619.203,84
Receita de Serviços e Exploração	3.1.1	34.024.361,84	16.619.203,84
Despesas Operacionais	3.3	(1.962.363.355,92)	(1.548.667.770,15)
Despesa com Pessoal, Encargos e Benefícios	3.3.1	(1.396.877.837,57)	(1.094.104.617,24)
Remuneração a Pessoal	3.3.2	(1.001.744.707,89)	(811.635.405,47)
Encargos Patronais	3.3.3	(310.158.462,36)	(259.427.788,16)
Benefícios a Pessoal	3.3.4	(81.110.249,30)	(20.964.514,61)
Outras Despesas com Pessoal e Encargos	3.3.5	(3.864.418,02)	(2.076.909,00)
Despesa com Uso de Bens e Serviços		(554.372.495,72)	(438.561.310,58)
Uso de Material de Consumo	3.3.6	(258.511.732,81)	(163.989.306,10)
Serviços Tomados	3.3.7	(295.860.762,91)	(274.572.004,48)
Despesa com Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis		(10.021.347,47)	(7.004.036,10)
Depreciação, Amortização e Impairment	3.3.8	(9.713.566,78)	(6.915.667,00)
Perdas Involuntárias e Desfazimentos	3.3.9	(307.780,69)	(88.369,10)
Contingência para Riscos Fiscais	3.3.10	0,00	(1.408.298,82)
Contingência para Riscos Fiscais Trabalhistas		0,00	(1.408.298,82)
Contingência para Riscos Fiscais Cíveis		0,00	0,00
Despesas Tributárias	3.3.11	(499.197,52)	(269.235,04)
Impostos, Taxas e Contribuições		(499.197,52)	(269.235,04)
Outras Despesas Operacionais	3.3.12	(592.477,64)	(7.320.272,37)
Resultado Antes das Rec./Disp. Financeiras		(1.928.338.994,08)	(1.532.048.566,31)
Resultados Financeiros		79.617,35	938.520,07
Receitas Financeiras	3.3.13	160.348,31	1.230.422,76
Despesas Financeiras	3.3.14	(80.730,96)	(291.902,69)
Resultado antes da Subvenção do Tesouro Nacional	3.3.15	(1.928.259.376,73)	(1.531.110.046,24)
Subvenção do Tesouro Nacional	3.3.16	1.863.629.568,34	1.523.271.302,10
Subvenção do Tesouro Nacional		1.466.094.842,51	1.155.287.621,13
Subvenção de Custeio SUS		397.534.725,83	367.983.680,97
Resultado antes da Cont. Social Sobre o Lucro Líquido	3.3.17	(64.629.808,39)	(7.838.744,14)
Provisão Contribuição Social		0,00	0,00
Resultado antes do Imposto de Renda		(64.629.808,39)	(7.838.744,14)
Provisão para Imposto de Renda		0,00	0,00
Resultado do Exercício	3.3.18	(64.629.808,39)	(7.838.744,14)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas

III. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

EBSERH - EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES		
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto		31 de Março de 2021
Em reais		
DESCRIÇÃO	01.01.20201 a 31.03.2021	01.01.2020 a 31.03.2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	(64.629.808,39)	(7.838.744,14)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(542.076,09)	(2.239.777,68)
Depreciação e Amortização	9.727.638,88	6.838.910,99
Resultado do Exercício Ajustado	(55.444.245,60)	(3.239.610,83)
Variações Patrimoniais		
Aumento em Subvenção de Custeio SUS a Receber	(1.315.736.075,24)	(1.154.316.494,56)
Redução em Valores a Curto Prazo - SUS	20.015.561,02	9.287.283,87
Redução em Adiantamentos e Créditos a Receber	4.888.620,49	5.598.646,16
Aumento em Estoques	(7.620.630,25)	(30.068.991,97)
Aumento em Outras Despesas Antecipadas	-	(13.251,93)
Aumento em Depósitos Judiciais	(1.038.791,18)	(2.109.441,52)
Aumento em Obrigações Trabalhistas a Pagar	54.564.381,60	57.239.041,90
Aumento em Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	85.582.952,98	(23.169.045,73)
Aumento em Contratos de Arrendamento a Pagar	2.450.302,63	(3.271.329,49)
Aumento em Retenções de Impostos, Contribuições	15.510.805,90	(29.934.506,25)
Redução em Obrigações Transitórias a Curto Prazo	(16.942.574,42)	(58.598.831,35)
Redução em Contingência para Indenizações Trabalhistas	(7.755.879,86)	(17.243.559,00)
Redução em Contingência para Indenizações Cíveis	(1.167.179,51)	(2.613.369,34)
Aumento em Subvenção a Realizar	1.242.914.428,77	1.364.103.573,15
Redução em Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital - AFAC	37.944.058,59	7.300.000,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	58.165.735,92	118.950.113,11
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adição de Imobilizado	(54.981.719,93)	(57.855.739,44)
Adição de Intangível	(8.778.642,28)	(632.376,33)
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(63.760.362,21)	(58.488.115,77)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Reserva de transferência para AFAC Longo Prazo (PNC)	-	-
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(5.594.626,28)	60.461.997,34
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	745.556.301,52	571.660.067,48
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	739.961.675,24	632.122.064,82

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

IV. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)
EBSERH - EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
Demonstração Valor Adicionado
31 de Março de 2021

Em reais

Descrição	01.01.20201	01.01.2020
	a	a
	31.03.2021	31.03.2020
Geração de Valor Adicionado		
1 - Receitas	34.024.361,84	16.619.203,84
1.1 - Atividades Operacionais	34.024.361,84	16.619.203,84
1.1.1 - Receita de Serviços e Exploração	34.024.361,84	16.619.203,84
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros	546.296.898,84	432.210.213,34
2.1 - Materiais de Consumo	258.511.732,81	163.989.306,10
2.2 - Energia elétrica, Água e Esgoto, Gás	27.552.192,84	15.563.752,48
2.3 - Serviços de Terceiros	260.232.973,19	252.657.154,76
2.4 - Contingências para Riscos Cíveis	0,00	0,00
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	(512.272.537,00)	(415.591.009,50)
4 - Depreciação, Amortização, Impairment e Perdas	10.021.347,47	7.004.036,10
4.1 - Depreciação do Período	8.209.137,85	5.548.012,11
4.2 - Amortização do Período	1.504.428,93	1.367.654,89
4.3 - Redução a Valor Recuperável - Impairment	0,00	0,00
4.4 - Perdas Involuntárias e Desfazimentos	307.780,69	88369,10
5 - Valor Adicionado Líquido (3-4)	(522.293.884,47)	(422.595.045,60)
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	1.865.453.335,77	1.524.619.172,52
6.1 - Repasses e Cotas Financeiras	1.786.824.068,78	1.364.390.157,12
6.2 - Receitas Financeiras	160.348,31	1230422,76
6.3 - Outras	78.468.918,68	158.998.592,64
7 - Valor Adicionado Total a Distribuir (5+6)	1.343.159.451,30	1.102.024.126,92
8 - Distribuição do Valor Adicionado	1.343.159.451,30	1.102.024.126,92
8.1 - Remuneração do Trabalho	1.397.495.609,88	1.103.060.763,90
8.1.1 - Pessoal e Diárias	1.028.061.022,58	843.632.975,74
8.1.2 - Encargos	369.434.587,30	259.427.788,16
8.2 - Remuneração do Governo	557.940,66	360.066,19
8.2.1 - Impostos, Taxas, Contribuições, Multas e Juros	557.940,66	360.066,19
8.2.2 - Provisão p/ Imposto de Renda	0,00	R\$ 0,00
8.2.3 - Provisão p/ CSLL	0,00	R\$ 0,00
8.3 - Remuneração do Capital de Terceiros	9.735.709,15	6.442.040,97
8.3.1 - Locação	9.735.709,15	6.442.040,97
8.4 - Remuneração de Capital Próprio	(64.629.808,39)	(7.838.744,14)
8.4.1 Resultado do Exercício	(64.629.808,39)	(7.838.744,14)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

V. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)
EBSERH - EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES

 Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido
 Em reais

31 de Março de 2021

Componentes	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital - AFAC	Resultados Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos Iniciais (31/12/2019)	5.000.000,00	219.135.056,92	(512.557.193,87)	(288.422.136,95)
Resultado Líquido do Exercício			(13.719.772,70)	
Adiantamento Fut Aume Cap - AFAC	376.384.237,75	359.907.957,74		
Compensação do Prejuízo			383.667,75	
Ajustes de Exercícios Anteriores			(3.651.055,20)	
Saldos Finais em 31/12/2020	381.384.237,75	202.658.776,91	(529.544.354,02)	54.498.660,64

Componentes	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital - AFAC	Resultados Acumulados	Patrimônio Líquido
31/12/2020	381.384.237,75	202.658.776,91	(529.544.354,02)	54.498.660,64
Resultado Líquido do Exercício			(64.629.808,39)	
Adiantamento Fut Aume Cap - AFAC		37.944.058,59		
Ajustes de Exercícios Anteriores			(542.076,09)	
Integralização de AFAC ao Capital Social				
Saldos Finais em 31/03/2021	381.384.237,75	240.602.835,50	(594.716.238,50)	27.270.834,75

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

VI. Notas Explicativas (NE)

Nota a) – Contexto Operacional

A EBSEERH, conforme a legislação nacional em vigor, rege-se pela Lei nº 12.550/11, e pela Lei nº 6.404/76, bem como por seu Estatuto Social, e pelas demais normas vigentes que lhe sejam aplicáveis. Por se tratar de uma empresa estatal dependente, está sujeita tanto às normas de direito público, quanto às de direito privado. Assim, para o registro e avaliação das demonstrações contábeis deve ser observada a Legislação Societária, a Legislação aplicada ao Setor Público, além da legislação fiscal de âmbito Federal, Estadual e Municipal, e as Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil. Para a adequada orientação dos trabalhos também foram observadas as novas práticas aprovadas pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade-CFC nº 2016/NBCTSPEC - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público

No contexto de avaliação das demonstrações contábeis, cumpre esclarecer que a EBSEERH é constituída nos termos da Lei nº 12.550/2011, dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Educação, com capital social subscrito e integralizado exclusivamente público (100% da União), sendo integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, portanto, sujeita ao arcabouço legal, sistemas e controles postos para Administração Pública Federal.

A EBSEERH foi criada em 2011, como resposta do Governo Federal às questões e deficiências de gestão dos Hospitais Universitários Federais, apontadas nos acórdãos nos 1.520/2006, 2.813/2009 e 2.681/2011, do Tribunal de Contas da União – TCU. Dentre estes, constam os apontamentos relativos à necessidade de substituição dos contratos de mão de obra preconizados por servidores públicos concursados, a necessidade de reestruturação física e tecnológica, desvinculação administrativa das fundações de apoio, necessidade de adoção de controle de custos, necessidade de revisão da contratualização de serviços junto ao Sistema Único de Saúde – SUS e da adoção de soluções informatizadas de apoio à gestão.

A assunção da gestão dos Hospitais Universitários Federais com a EBSEERH é firmada por meio da celebração de contrato de gestão com as Universidades Federais a que estão vinculadas as unidades hospitalares. Atualmente, a EBSEERH possui contratos firmados para a gestão de 40 (quarenta) Hospitais Universitários Federais, de 32 (trinta e duas) Instituições Federais de Ensino Superior – IFES. No mapa abaixo constam identificadas as IFES que assinaram contrato com a EBSEERH para a gestão das respectivas unidades hospitalares:



A transição da gestão dos hospitais para a EBSERH é realizada segundo as condições firmadas em cada instrumento contratual, e no que concerne à constituição fiscal das unidades filiadas, encontra-se em diferentes estágios, conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 – Evolução de unidades hospitalares com Execução Orçamentária e Financeira.

Assinatura de Contrato de Gestão	Unidade EBSERH Com Abertura de CNPJ*	Quantidade de Empregados	Exercícios Financeiros	Execução Orçamentária e Financeira
40	38	24.467	2017	18
		30.045	2018	18
		32.090	2019	20
		36.732	2020	37
		38.106	1ºTrim.2021	38

*Foi providenciada a abertura de CNPJ para 40 unidades hospitalares com contrato de gestão com a EBSERH, sendo que, em 3 (três) casos as unidades foram reunidas em Complexos Hospitalares de Saúde, com 2 (dois) hospitais em cada complexo, por isso a redução no número de CNPJ em face ao quantitativo de unidades com contrato. São 37 (trinta e sete) Cadastros Nacionais de Pessoas Jurídicas – CNPJ de Hospitais Universitários – HUs filiais e o CNPJ matriz.

O processo de transição ao qual o HUF deve se submeter ao se tornar gestão EBSERH é determinado por intermédio do contrato de adesão à Rede.

Nota b) – Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da EBSERH são de responsabilidade da administração, e foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas de contabilidade adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei no 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei no 11.638/07 e pela Lei no 11.941/09, pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC (aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC como Normas Brasileiras de Contabilidade – NBCs, aplicáveis à Contabilidade Societária) e a Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASPs, também exaradas pelo CFC.

A EBSERH como entidade da Administração Pública Federal Indireta, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, na modalidade total, realizou suas execuções com base no calendário de fechamento do SIAFI, nos termos do Art. 6º da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício de 2020), que dispôs dentre outros, sobre as diretrizes para a elaboração do Orçamento, que assim estabelece:

“Art. 6º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como das despesas dos Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Nacional, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, ser registrada na modalidade total no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.”

Os registros contábeis e fiscais foram normatizados pela Norma Operacional DOF nº 03/2016 e Norma Operacional DOF 04/2016, publicadas no boletim de Serviço nº 227 de 07 de dezembro de 2016.

Nota c) - Principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas na EBSERH têm como base os padrões internacionais de contabilidade (Internacional Financial Reporting Standards – IFRS), implantados no Brasil pelo CPC, com a respectiva aprovação normativa pelo CFC.

Desta forma, as demonstrações contábeis da Empresa foram preparadas considerando o custo histórico (o valor pago pelos recursos) como base de valor. Os valores foram obtidos com base nos documentos extraídos do SIAFI pelas Unidades Gestoras da EBSERH.

As demonstrações contábeis são mensuradas utilizando a moeda do país, ou seja, para fins de apresentação, estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais. A Empresa realiza registros contábeis de acordo com as seguintes definições:

Desempenho financeiro refletido pela contabilização pelo regime de competência - O regime de competência reflete os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre reivindicações e recursos econômicos da entidade que reporta nos períodos em que esses efeitos ocorrem, mesmo que os pagamentos e recebimentos à vista resultantes ocorram em período diferente. Isso é importante porque informações sobre os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta e mudanças em seus recursos econômicos e reivindicações durante o período fornecem uma base melhor para a avaliação do desempenho passado e futuro da entidade do que informações exclusivamente sobre recebimentos e pagamentos à vista durante esse período, conforme a Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, CPC 00 (NBC TG Estrutura Conceitual – 2019/NBCTGEC)

Ativo circulante - São os bens e direitos que a empresa possui e que são realizáveis até o encerramento do exercício seguinte, tais como as contas: “Recursos da conta única aplicados” e “Limite de saque com vinculação de pagamento – (caixa disponível)”.

Estoques - São registrados pelo custo de aquisição e sua manutenção e controle físico estão a cargo de cada unidade da EBSERH. Essas unidades emitem os Relatórios Mensais de Almoxarifado – RMA, os quais são registrados no SIAFI. O Serviço de Contabilidade executa a extração dos saldos desses registros, permitindo a evidenciação dos valores no balanço consolidado.

Ativo não circulante - É composto pelos subgrupos: depósitos judiciais, bens móveis, imóveis e intangível, reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou produção deduzido da respectiva depreciação e amortização.

Depreciação/amortização - é calculada pelo método linear, mediante a utilização de taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, sem extrapolar os limites estabelecidos no Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018, e na Instrução Normativa RFB no 1.700/2017, conforme tabela abaixo:

TABELA DE VIDA ÚTIL E VALOR RESIDUAL		Vida útil	Valor Residual
Conta	Descrição da Conta	(anos)	
12311.01.01	Aparelhos de medição e orientação	15	10%
12311.01.02	Aparelhos e equipamentos de comunicação	10	20%
12311.01.03	Equipam/utensílios méd., odonto, lab e hosp.	15	20%
12311.01.04	Aparelho e equip. p/esportes e diversões	10	10%
12311.01.05	Equipamento de proteção, segurança e socorro	10	10%
12311.01.06	Máquinas e equipamentos industriais	20	10%
12311.01.07	Máquinas e equipamentos energéticos	10	10%
12311.01.08	Máquinas e equipamentos gráficos	15	10%

12311.01.09	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	10	10%
12311.01.21	Equipamentos hidráulicos e elétricos	10	10%
12311.01.24	Máquinas e equipamentos eletroeletrônicos	10	10%
12311.01.25	Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	10	10%
12311.02.01	Equipamentos de processamento de dados	5	10%
12311.03.01	Aparelhos e utensílios domésticos	10	10%
12311.03.02	Máquinas e utensílios de escritório	10	10%
12311.03.03	Mobiliário em geral	10	10%
12311.04.02	Coleções e materiais bibliográficos	10	0%
12311.04.05	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10	10%
12311.05.01	Veículos em geral	15	10%
12311.05.03	Veículos de tração mecânica	15	10%
12311.99.09	Peças não incorporáveis a imóveis	10	10%
12321.07.00	Instalações	10	10%
12481.01.00	Amortização do Intangível	10	0%

Impairment de ativos não financeiros - Conforme prevê o CPC 1 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (NBC TG 1), por sua vez reflexo do *International Accounting Standard* - IAS 36 (IFRS) e Lei nº 11.638/2007 a administração da EBSERH deverá revisar o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (a) o valor de venda dos ativos menos os custos estimados para a venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo, unidade geradora de caixa ou mesmo o valor atual de mercado.

Passivo Circulante - Obrigações a serem pagas até o encerramento do exercício social seguinte. Referem-se às obrigações com fornecedores, retenções de tributos, obrigações patronais e outras obrigações a pagar assumidas no curso normal das atividades da empresa.

Passivo não circulante – O passivo deve ser classificado como não circulante quando a sua exigibilidade for superior ao prazo, pelo menos, ao fechamento do exercício seguinte / doze meses após a data do balanço.

Patrimônio Líquido – É o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos (CPC 00). O capital social está representado pela totalidade de ações pertencentes à União.

Ativos e Passivos Financeiros - Estão registrados a valor presente em razão do regime de competência no reconhecimento das receitas e despesas de juros. Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, com incerteza de data para pagamento, estão

mensurados a valor presente visto que são escriturados inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente de acordo com as regras e critérios da consultoria jurídica da empresa. A empresa não dispõe de ativos financeiros para venda.

O regime de tributação adotado para fins de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL é o Lucro Real (receitas menos despesas –, com ajustes previstos em lei).

1. Ativo

São os bens e direitos que a Empresa possui e são demonstrados em ordem decrescente de liquidez. O ativo da EBSERH está registrado nas contas dos grupos Ativo Circulante e Ativo Não Circulante.

1.1 Ativo Circulante

São os bens e direitos que a empresa possui e que são realizáveis até o encerramento do exercício seguinte, tais como as contas: “Recursos da conta única aplicados” e “Limite de saque com vinculação de pagamento”.

1.1.1 Caixa e Equivalente de Caixa

Caixa e Equivalente de Caixa	31.03.2021	31.12.2020
CTU - Recursos da conta única aplicados	98.849.677,72	87.779.123,58
Demais contas - Caixa Econômica Federal	1.885.162,40	1.816.985,72
Limite de saque com Vinculação de Pagamento	399.094.249,88	379.733.796,42
Limite de saque c/vinc.pagto- ordem pagamento	240.132.585,24	276.226.395,80
Total	739.961.675,24	745.556.301,52

- Recursos da conta única aplicados - os valores advêm das receitas própria e de rendimentos das aplicações. O saldo a maior demonstra que no período ocorreu menos resgate que aplicações somadas aos rendimentos no período. Para utilização aguarda-se a disponibilização orçamentária no orçamento anual.
- Demais contas - Caixa Econômica Federal - representa recursos depositados por fornecedores de serviços e materiais a título de caução contratual.
- Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - “Caixa Disponível. O recebimento de recursos no encerramento do trimestre e a existência de financeiro que aguardam o processamento da despesa orçamentária para posteriores pagamentos contribui para a elevação do saldo. Os tipos de recursos recebidos e com saldo existente que contribuíram para a elevação ou manutenção do saldo de financeiro em caixa foram:
 - Saldo financeiro (Crédito Extraordinário) para enfrentamento da Pandemia de Córdid-19. Parte deste financeiro, na ordem de R\$ 28 milhões, aguarda em caixa a liquidação da despesa nas unidades hospitalares, para que seja efetivado as respectivas transferências e aplicação.
 - Subvenção do FNS – Fundo Nacional da Saúde, para subsidiar a manutenção das atividades hospitalares. R\$ 22 milhões aguarda em caixa a liquidação da despesa, nas unidades hospitalares, para que seja efetivado as respectivas transferências.
 - Subvenção do Tesouro, recursos de origem do MEC para pagamento de despesas obrigatórias como pessoal, 296 milhões.

Limite de saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pagamento - Refere-se a financeiro vinculado a despesa da folha de pessoal, que sairá da conta única, conforme autorização de pagamento e transferência para

as contas bancárias dos empregados. Esta rotina foi implementada pela STN em dezembro de 2018, desde então, passou a considerar a saída de recursos na conta “Limite de Saque” e a baixa nas contas de obrigações a pagar somente a partir do efetivo saque na conta única. Anteriormente a baixa realizava-se pela emissão do documento Ordem Bancária (OB) no SIAFI. Em síntese, trata-se de valores comprometidos com pagamentos autorizados, que aguarda a operacionalização (bancária) do saque para conta dos credores.

1.1.2 Valores a Curto Prazo – SUS

Valores a Curto Prazo - SUS	31.03.2021	31.12.2020
Faturas/duplicata a rec. - prestação de serviço	14.996.355,11	35.011.916,13

São valores a receber da Secretaria de Saúde do município de Belo Horizonte em contrapartida aos serviços de saúde prestados pela filial HC-UFGM no âmbito do SUS – Sistema Único de Saúde.

1.1.3 Subvenção de Custeio SUS a Receber

Subvenção a Receber	31.03.2021	31.12.2020
Subvenção a Receber	1.315.736.075,24	-
Total	1.315.736.075,24	-

A EBSERH é empresa pública dependente prestadora de serviço público, sendo a ela vedada a participação na exploração de atividade econômica no mercado de saúde. Os registros dos valores referentes aos recursos auferidos via contratualização com os gestores municipais de saúde, por suas unidades hospitalares, consignados na Lei de Orçamento Anual, LOA, são classificados como subvenção governamental.

Tais registros, pela ótica patrimonial, ocorrerão em conta de compensação do ativo e passivo, classificadas, respectivamente, como "Subvenção a Receber". Na medida em que houver o efetivo recebimento financeiro e a aplicação desses valores na absorção da despesa pública, sempre obedecendo ao regime da competência, deverá haver os devidos registros (atualizações) nas contas de "Subvenção a Receber (Ativo)" e "Subvenção a Realizar (Passivo)" com contrapartida nas contas/grupo de "Subvenção de Custeio SUS (Receita)" e "Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa)". Para fins de evidenciação dessas subvenções nas contas de resultado, a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) deverá evidenciar o volume desses valores na subconta "Receita de Subvenção de Custeio SUS", dentro da conta "Receita de Subvenção". O registro tem como base técnica Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais e Nota Técnica SEI: NOTA Nº 21/2019/SC/CCF/DOF-EBSERH, Processo nº 23477.005266/2019-66 SEI nº 1678224.

Os registros têm como finalidade evidenciar os valores de recursos de SUS a Receber durante o exercício corrente. Em 2020 a Ebserh recebeu todo o recurso que estava aprovado pelos serviços prestados ao SUS.

1.1.4 Adiantamentos e Créditos a Receber

Adiantamentos e Créditos à Receber de Terceiros	31.03.2021	31.12.2020
13º Salário - Adiantamento	7.657.306,71	2.969.123,63
Adiantamento de Férias	2.138.124,98	12.479.850,82
Salários e Ordenados Pagos Antecipadamente	486,63	486,63
Adiantamento Concedido	360.570,44	4.783,52
Adiantamento a Fornecedores	1.602.464,02	1.289.522,85
Aluguéis a Receber	15.500,00	0,00
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	106.200,52	102.969,35
Prêmios de Seguros a Apropriar	59.239,88	106.953,68
Créditos a Rec Decorrentes de Infrações Contratuais	100.919,37	57.084,42
Tributos Pagos a Apropriar	19.298,33	25.731,14
VPD de Serviços Pagos Antecipadamente	26.600,46	16.327,04
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	84.650,43	34.501,11
Ativos A Classificar - Rpnp Em Liquidação	0,00	(337,27)
Remuneração da Conta Única a Receber	173.059,06	146.044,40
Total	12.344.420,83	17.233.041,32

- Décimo Terceiro Salário - Adiantamento – O saldo refere-se a adiantamento de 13º concedido à empregados que optaram por receber uma parcela do 13º salário concomitante ao recebimento das férias ocorridas em janeiro de 2021.
- Adiantamento de Férias - refere-se ao pagamento antecipada do direito de férias, isto ocorre para que se cumpra a obrigação legal, prevista art. 145 “O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido no art. 143 serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período”, Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943.
- Salários e Ordenados Pagos Antecipadamente – Registra o adiantamento a pessoal referente à remuneração no período de férias, quando o servidor opta pelo adiantamento do salário no gozo de férias. Refere-se ao subitem 46 (quarenta e seis) e equivalentes.
- Adiantamento Concedido – Registra os valores disponibilizados para suprimento de fundos que tem como objetivo custear despesas de pequeno vulto ou eventuais. O Suprimento de Fundos é uma autorização de execução orçamentária e financeira por uma forma diferente da normal, tendo como meio de pagamento o Cartão de Pagamento do Governo Federal, sempre precedido de empenho na dotação orçamentária específica e natureza de despesa própria, com a finalidade de efetuar despesas que, pela sua excepcionalidade, não possam se subordinar ao processo normal de aplicação, isto é, não seja possível o empenho direto ao fornecedor ou prestador, na forma da Lei nº 4.320/64, precedido de licitação ou sua dispensa, em conformidade com a Lei nº 8.666/93. Em regra, o suprido deve prestar contas dos recursos de suprimento de fundos dentro do exercício financeiro. Devido a esta especificidade os saldos no início do exercício sempre serão maiores que o saldo de encerramento.

- e. Adiantamento a fornecedores – Refere-se ao pagamento de parcela referente a contratação de Serviços de Solução Integrada com fornecimento de sistema de exaustão e climatização. O contrato está em execução no hospital da filial HU-UFMA. O pagamento de adiantamento está previsto em cláusula contratual.
- f. Aluguéis a receber – valores a receber referente a concessão de autorização para exploração de espaço público, classificados como aluguel a receber.
- g. Prêmios de Seguros, Assinatura e Anuidades a Apropriar, Tributos Pagos a Apropriar, Aluguéis Pagos a Apropriar, Serviços Pagos Antecipadamente e Outras Despesa Pagas Antecipadas são valores a apropriar decorrente dos pagamentos antecipados que serão realizados em meses subsequentes.
- h. Créditos a receber decorrente de infração – São créditos decorrentes de infração contratual relacionados a quebra de contrato por parte dos fornecedores de serviço ou material, que por descumprimento de cláusulas contratuais foram autuados e multados; receitas a receber referente a exploração de espaço público aguardando o recebimento por GRU e despesas anuladas que carecem de ser restituídas à EBSEH.

1.1.5 Estoques

Estoques	31.03.2021	31.12.2020
Estoques Mercadorias Para Revenda	22.578,57	14.312,00
Mercadorias para Doação em Trânsito	45.893,61	26.289,91
Materiais de Consumo em trânsito	950,70	950,70
Materiais de Consumo	345.857.942,23	339.314.525,31
Material de Consumo não Localizado	1.964,98	1.964,98
Material de Consumo - Estoque Interno	3.990,14	5.320,54
Material de consumo - Estoque Armazem de Terceiros	1.050.673,46	0,00
Importações Em Andamento - Estoque	609,01	609,01
Total	346.984.602,70	339.363.972,45

- a) Estoques Mercadorias para Revenda - Registra o valor das mercadorias em trânsito relativas a estoques próprios da entidade. A EBSEH não trabalha com venda de material. A Unidade deverá realizar a reclassificação do saldo para a conta material de consumo, quando do recebimento do material;
- b) Material de Consumo em Trânsito – Trata-se de transferência de materiais de consumo entre unidades integrantes da administração direta ou indireta (empresa dependente). Aguardam os trâmites administrativos de recebimento e classificação na conta de material de consumo.
- c) Material de Consumo - Estoque Interno – Registra o valor de material de consumo reservado em estoque interno para distribuição/uso na unidade.
- d) Material de Consumo – Compreende o montante consolidado de estoque de material de almoxarifado de toda rede EBSEH, 37 (trinta e sete) unidades hospitalares mais a Sede Administrativa. Registra

os valores dos materiais de consumo adquiridos e estocados em almoxarifados, destinados ao atendimento do consumo interno da unidade.

- e) Material de Consumo não Localizado - Registra os valores dos materiais de consumo adquiridos e estocados em almoxarifado, não encontrados no processo de inventário. A unidade deverá adotar medidas para evidenciar o material ou baixá-lo no exercício.
- f) Material de Consumo - Estoque interno para distribuição – Aquisição de material armazenado para redistribuição.
- g) Material de Consumo – Estoque em Armazém de Terceiros para Distribuição – registra os valores relativos a aquisições e ou transferências de materiais de consumo para a formação de estoque, mantido em armazém de terceiros, destinado a distribuição
- h) Importações em Andamento - Registra o valor das importações em andamento de bens de estoque.

Veja abaixo o detalhamento do estoque de material de consumo:

Material de Consumo - Natureza da Despesa Detalhada	31.12.2020	31.12.2019
Combustíveis e lubrificantes automotivos	39.787,86	108.260,23
Combustíveis e lubrif. p/ outras finalidades	128.685,75	27.895,87
Gás e outros materiais engarrafados	547.081,46	239.289,43
Alimentos para animais	665.587,09	0,00
Gêneros de alimentação	2.637.997,03	2.388.211,19
Material farmacológico	124.646.871,96	128.289.228,46
Material odontológico	837.110,21	784.482,36
Material químico	10.047.632,84	8.499.092,31
Material de coudelaria ou de uso zootécnico	15.088,04	0,00
Material educativo e esportivo	22.106,97	22.303,20
Material de expediente	3.187.298,07	3.427.804,57
Material de tic - material de consumo	1.088.225,67	1.040.697,13
Material de acondicionamento e embalagem	3.290.799,54	3.002.286,63
Material de cama, mesa e banho	1.624.478,32	1.522.748,23
Material de copa e cozinha	903.322,28	1.039.940,86
Material de limpeza e prod. De higienização	4.244.350,23	5.240.137,26
Uniformes, tecidos e aviamentos	1.874.956,52	1.960.562,52
Material p/ manut.de bens imóveis/instalações	3.792.323,21	4.054.578,35
Material p/ manutenção de bens moveis	8.884.506,69	7.172.124,18
Material elétrico e eletrônico	3.020.270,02	2.912.074,11
Material de proteção e segurança	7.079.110,39	9.845.395,10
Material p/ áudio, vídeo e foto	412.140,72	462.783,61
Material para comunicações	37.228,77	11.831,11
Sementes, mudas de plantas e insumos	238,00	238,00
Suprimento de Aviação	102.495,29	0,00
Material laboratorial	6.985.298,46	6.666.825,87
Material hospitalar	156.754.329,57	147.706.339,19
Sobressalente de Armamento	10.400,00	0,00
Material p/ manutenção de veículos	17.627,52	19.412,92
Material biológico	182.814,78	201.734,14
Material p/ utilização em gráfica	3,98	3,88
Ferramentas	90.003,89	91.423,05
Material p/ reabilitação profissional	2.243.930,06	2.149.059,60
Material de sinalização visual e outros	111.411,59	105.126,20
Bens moveis não ativáveis	12.982,70	13.257,00
Bandeiras, flamulas e insígnias	10.860,56	792,56
Material para divulgação	263,69	263,69
Outros materiais de consumo	308.322,50	308.322,50
Material hospitalar	1.964,98	1.964,98
Explosivos e munições	3.990,14	5.320,54
Demais materiais de Consumo	1.120.705,35	42.161,62
Total	346.984.602,70	339.363.972,45

Verifica-se que as rubricas de maior representatividade são os estoques de material farmacológico e material hospitalar, juntos representam 81% do total de estoque.

1.2 Ativo Não Circulante

É composto pelos subgrupos: depósitos judiciais, bens móveis, imóveis e intangível, reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou produção deduzido da respectiva depreciação e amortização.

1.2.1 Depósitos Judiciais

São valores referentes aos depósitos judiciais nas unidades da EBSERH, em virtude de processos judiciais em andamento. A “conta” Depósitos Judiciais para Interposição de Recurso refere-se a valores depositados para fins de apresentação de recurso após uma decisão judicial. A variação positiva, na ordem de 7%, se deve ao aumento gradativo do fluxo de demandas judiciais da área trabalhista e cível.

Depósitos Judiciais	31.03.2021	31.12.2020
Depósitos Efetuados P/ Interposição de Recurso	15.389.465,80	14.350.674,62

1.2.2 Imobilizado

São os bens móveis e imóveis destinados ao uso da empresa e que geram valor social e benefícios econômico futuros (NBC TG 27 – Ativo Imobilizado). O imobilizado é avaliado pelo custo histórico, deduzido da respectiva conta de depreciação/amortização e Redução a Valor Recuperável.

Representa investimento para manutenção dos serviços de saúde prestados à população no âmbito do SUS. São investimento em aparelhos, equipamentos, máquinas e utensílios médico/odontológico/hospitalar, máquinas de ar-condicionado, geradores de energia elétrica, servidores de internet, ferramentas e mobiliário em geral.

Os bens não localizados foram agregados na conta específica após a Comissão de Inventário apontar a diferença nos relatórios de controle interno. Está em curso, pela Coordenadoria de Administração da Diretoria de Administração e Infraestrutura, a localização desses bens e para posterior reclassificação em conta contábil específica ou a baixa devido a não localização.

Importante informar que, mesmo havendo previsão contratual de cessão de uso, por prazo indeterminado, até o encerramento do exercício, não foi efetivada, contabilmente, nenhuma cessão à EBSERH dos bens móveis e imóveis pertencentes às Universidades. Está em curso processos de análise para orientar o recebimento e registro contábil da cessão.

Apresentamos o detalhamento do imobilizado da EBSERH, bem móveis, imóveis e as contas de depreciação amortização e *impairment*:

1.2.2.1 Bens móveis

Bens Móveis	31.03.2021	Entradas	Baixas	31.12.2020
Aparelhos de medição e orientação	1.033.176,31	110.225,32	21.468,16	944.419,15
Aparelhos e equipamentos de comunicação	4.794.587,59	743.376,90	3.120,00	4.054.330,69
Equipam/utensílios médicos, odontológico	272.556.795,93	33.536.482,46	2.085.379,63	241.105.693,10
Aparelho e equipamento p/esportes	495.899,93	0,00	0,00	495.899,93
Equipamento de proteção, segurança	2.006.753,05	115.229,53	76.413,00	1.967.936,52
Máquinas e equipamentos industriais	400.225,52	113.308,00	4.650,00	291.567,52
Máquinas e equipamentos energético	5.380.188,90	1.018.270,02	33.129,08	4.395.047,96
Máquinas e equipamentos gráficos	15.413,39	0,00	0,00	15.413,39
Máquinas, ferramentas e utensílios	251.550,03	25.450,92	4.310,69	230.409,80
Equipamentos, peças e acessórios	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
Máquinas e utensílios agropecuário	1.818,96	0,00	0,00	1.818,96
Máquinas e equipamenos - Construção	200.950,00	196.900,00	0,00	4.050,00
Equipamentos hidráulicos e elétricos	217.732,88	76.874,46	120.868,12	261.726,54
Máquinas e equipamentos eletro-eletrônicos	110.915,05	46.988,76	18.140,83	82.067,12
Máquinas, utensílios e equipamento	120.776.254,30	1.364.387,10	6.504.219,76	125.916.086,96
Outras máquinas, equipamentos e ferramentas	2.983,33	0,00	0,00	2.983,33
Equip. de tecnologia da infor e comunicação	109.565.224,19	16.362.646,44	893.844,87	94.096.422,62
Aparelhos e utensílios domésticos	14.869.061,91	2.676.268,62	465.648,33	12.658.441,62
Máquinas e utensílios de escritórios	129.522,58	7.424,26	0,00	122.098,32
Mobiliário em geral	21.519.691,45	5.337.235,04	1.884.514,04	18.066.970,45
Coleções e materiais bibliográfico	33.623,88	10.187,39	0,00	23.436,49
Instrumentos Musicais	790,00	0,00	0,00	790,00
Equipamentos para áudio, vídeo e fotos	3.611.873,04	865.079,97	84.144,32	2.830.937,39
Veículos em geral	311.428,58	137.100,84	7.068,78	181.396,52
Veículos de tração mecânica	2.910.628,75	217.500,00	0,00	2.693.128,75
Adiantamentos para inversões em bens Móveis	8.016.773,96	0,00	0,00	8.016.773,96
Estoque Interno	131.602,05	1.313.876,88	1.614.838,22	432.563,39
Estoque para Distribuição	33768,00	889.610,25	855.842,25	-
Bens Móveis em Reparo	2763,13	0,00	0,00	2.763,13
Bens móveis inservíveis	785,00	0,00	0,00	785,00
Peças não incorporáveis a imóveis	1.283.510,39	134.830,00	0,00	1.148.680,39
Material de uso duradouro	57.855,01	35.178,19	35.178,19	57.855,01
Bens não localizados	8.052.020,09	291.912,79	667.640,85	8.427.748,15
Bens móveis a Classificar	909.000,00	0,00	0,00	909.000,00
Total	579.692.167,18	65.626.344,14	15.380.419,12	529.446.242,16

Ao analisar os bens móveis percebe-se que 87% compõe-se de equipamentos, utensílios médicos odontológicos; equipamento de tecnológica da informação e comunicação; e máquinas utensílios e equipamentos. Observa-se o constante investimento na capacidade da atividade fim e modernização da

empresa. No geral os bens móveis tiveram uma variação positiva de 9%. O crescimento foi alavancado pelo recebimento de recurso de investimento, registrado no Patrimônio Líquido, conta de AFAC.

1.2.2.2 Bens Imóveis

Bens Imóveis	31.03.2021	Entradas	Baixas	31.12.2020
Obras em andamento	25.507.268,60	2.712.971,83	249.863,99	23.044.160,76
Instalações	3.552.665,21	475.558,85	0,00	3.077.106,36
Benfeitorias em propriedade de terceiros	30.023.908,97	1.998.355,72	201.227,50	28.226.780,75
Total	59.083.842,78	5.186.886,40	451.091,49	54.348.047,87

- Instalações - Registra o custo de implantação de instalações que, não obstante integradas aos edifícios, devem ser segregadas das obras civis.
- Benfeitorias em Propriedade de Terceiro - Corresponde a investimento com ampliação ou melhoria de infraestrutura de Unidades Hospitalares. Cabe informar que, os imóveis em que as unidades hospitalares estão instaladas são de propriedade das Universidades Federais. Por esta razão, entendemos que o investimento é em propriedade de terceiros, conforme NBC TG 27. O maior investimento da conta está alocado na Filial HUB, são R\$ 18,4 milhões alocados na atualização do sistema de distribuição de energia elétrica. O restante das benfeitorias está distribuído em outras 11 (onze) filiais EBSEH.
- Obras em andamento – Registra os valores com construções em andamento. O investimento de maior relevância (17,9 milhões) está alocado na filial do HU-UFGD, aplicado na construção da Unidade da Mulher e da Criança.

O grupo de bens imóveis apresentou uma variação positiva na ordem de 8%. A variação demonstra a política de investimento em melhoria das estruturas existentes e a construção de novos espaços. Nota-se uma tendência de investimento na melhoria dos bens imóveis da rede de hospitais universitários com adesão à gestão Ebserh.

1.2.2.3 Contratos de Arrendamento

A NBC TG 6 (R3) – Arrendamentos, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamento, entrou em vigor em 01 de janeiro de 2019.

O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

Ficou evidenciado que os contratos de locação de equipamentos, imóveis e veículos, com vigência superior a 12 meses, obedecem aos critérios para mensuração, reconhecimento e registro de contratos de arrendamento.

Concluída a análise, procedeu-se ao registro dos direitos e obrigações provenientes dos contratos de arrendamento.

Desta forma, apresentamos a composição dos direitos de uso referente a “Contratos de Arrendamento”, registrados em contas do ativo Imobilizado e Intangível, segregado dos bens próprios da EBSERH:

Contrato de Arrendamento	31.03.2021	31.12.2020
Máquinas, utensílios e equipamento	116.343.553,06	122.216.137,93
Direito de Uso de Imóvel	25.918.108,35	17.595.220,85
Total	142.261.661,42	139.811.358,78

1.2.2.4 Depreciação e Amortização do imobilizado

É calculada pelo método linear, mediante a utilização de vida útil econômica dos bens (Nota a – Contexto Operacional). O controle patrimonial e o cálculo da depreciação são realizados no SIG-Patrimônio e SIADS - Sistema Integrado de Administração de Serviços, sob a responsabilidade da Diretoria de Administração e Infraestrutura – DAI.

Depreciação, amortização Acumulada e Impairment	31.03.2021	31.12.2020
Depreciação acumulada de Bens Móveis	(102.119.440,47)	(93.914.863,65)
Amortização acumulada de Bens Imóveis	(204.432,61)	(155.641,62)
Redução a Valor Recuperável Imobilizado	(6.165.879,64)	(6.165.879,64)
Total	(108.489.752,72)	(100.236.384,91)

1.2.3 Impairment de ativos não financeiros

Os valores apresentados correspondem à realização do teste de recuperabilidade (impairment) dos ativos (avaliação quanto à desvalorização econômica) contidos nos grupos de bens móveis e intangível, realizado em 2018 (NBC TG 1 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos / CPC 1).

Para o encerramento do trimestre, a gestão do patrimônio nos apresentou Nota Técnica – SEI no Nota Técnica - SEI no 4/2020/SGPA/CGS/DAI-EBSERH. O documento apresenta o critério de indicação para aplicação do teste de recuperabilidade, bens com indícios de redução ao valor recuperável, aqueles classificados como inservíveis durante o processo de análise e evidenciação física do bem.

Considerado os resultados apresentados pelo relatório, na citada nota técnica, observou-se que nenhuma das Unidades Gestoras apresentou percentual de representatividade superior a 5% do total do ativo imobilizado e intangível, não sendo assim, segundo os critérios adotados, aplicada a execução de teste de recuperabilidade na base de bens para o exercício de 2020.

O último teste de recuperabilidade realizado na Rede EBSERH foi no exercício de 2018. No prazo de 4 (quatro) anos deste último, planeja-se contratar empresa especializada para realizar novo teste que será aplicado em todos os bens que compõe a base do exercício de competência.

A gestão tem até o final do ano para apresentar manifestação sobre o impairment, para o exercício de 2021.

1.2.4 Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, resultado do desenvolvimento de software ou de direitos contratuais ou de outros direitos legais. Os intangíveis são demonstrados pelo custo de aquisição, produção ou desenvolvimento de software, deduzido da respectiva amortização, calculada pelo método linear ao longo de suas vidas úteis.

A NBC TG 4 – Ativo Intangível (CPC 4) orienta que a contabilização de ativo intangível se baseia na sua vida útil. Um ativo intangível com vida útil definida deve ser amortizado, enquanto a de um ativo intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado.

A conta “Direito de Uso de Imóvel” trata-se de direitos com origem em contratos de locação de imóveis, com vigência acima de 12 meses. O registro tem como objetivo atender à norma contábil NBC 06 (R3) que trata do estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de arrendamentos.

Intangível	31.03.2021	31.12.2020
Softwares - Vida Útil definida	53.281.253,64	53.158.061,61
Softwares - Vida Útil Indefinida	784.252,16	451.689,42
Direito de Uso de Imóvel	15.108.841,18	17.595.220,85
Total	69.174.346,98	71.204.971,88
Amortização e Impairment de Intangível	31.03.2021	31.12.2020
Amortização Acumulada de Software	(9.957.847,72)	(8.483.576,65)
Redução ao Valor Recuperável - Software	(2.680.516,41)	(2.680.516,41)
Total	(12.638.364,13)	(11.164.093,06)
Total do Intangível	56.535.982,85	60.040.878,82

2. Passivo

São os valores de obrigações que a EBSERH tem com terceiros, tais como fornecedores ou com empregados, são conhecidos ou calculáveis, e quando aplicável, podem ser acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. São demonstrados em ordem decrescente de exigibilidade.

2.1 Passivo Circulante

Obrigações a serem pagas até o encerramento do exercício social seguinte. É composto pelos subgrupos e respectivas contas contábeis demonstradas no Balanço Patrimonial:

2.1.1 Obrigações Trabalhistas a Pagar

Obrigações Trabalhistas a Pagar	31.03.2021	31.12.2020
Salários, Remunerações e benefícios a pagar	221.150.217,15	252.899.607,02
Férias a pagar	429.362.028,03	431.947.446,09
Benefícios Assistenciais a Pagar	4.420.455,26	4.611.681,78
FGTS	23.078.002,10	24.979.572,67
INSS-Contrib.s/salários e remuneração	78.521.852,16	82.705.804,79
Total	851.708.493,95	797.144.112,35

O grupo “Obrigações Trabalhistas” compreende as obrigações com folha de pessoal apropriada pelo regime de competência.

- A obrigação com Salários, Remunerações e Benefícios a Pagar - Inclui as obrigações com folha de pessoal apropriada pelo regime de competência no mês de março de 2021. Ressalta-se que o recurso financeiro referente a esta obrigação se encontra assegurado no ativo, conta Caixa Limite de Caixa com Vinculação de Pagamento Ordem de Pagamento.
- Férias a Pagar é registrada com base em relatórios emitidos pela Diretoria de Gestão de Pessoas, incluindo o proporcional de férias, o Abono Constitucional de 1/3 de férias, os encargos patronais (20% INSS + Riscos Ambientais do Trabalho – RAT ajustado, que é um valor variável, e encargos com o Sistema “S”).
- Benefícios Assistenciais a Pagar – Registra as obrigações relativas aos benefícios assistenciais administrados pela previdência social e por outros órgãos do governo, liquidados e ainda não pagos. o passivo normalmente é pago no primeiro dia útil do mês seguinte.
- INSS-Contribuição sobre Salários e Remuneração; e FGTS - Registra os valores relativos a título de Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS e as contribuições à previdência social, incidentes sobre salários e remunerações de pessoal. O saldo refere-se à contribuição patronal da competência de março/2021. Normalmente o pagamento é realizado no mês seguinte, observado a data de vencimento de cada tributo.

2.1.2 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Fornecedores e Contas a Pagar Curto Prazo	31.03.2021	31.12.2020
Contas a pagar credores nacionais	158.733.685,93	73.206.580,73

Representa o conjunto de obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos, classificadas como passivos circulantes uma vez que o pagamento é devido até o fim do exercício social seguinte. São reconhecidos tanto os valores das Notas Fiscais quanto dos demais documentos de cobrança correspondentes que resultarão em futura execução financeira. Nota-se um aumento de 117% nas obrigações com fornecedores

no 1º trimestre do exercício em relação ao encerramento de 2020. Os valores de fornecedores a pagar tende a aumentar no início do exercício e reduzir quando do fechamento anual.

2.1.3 Retenções de Impostos, Contribuições e Outras Retenções

Retenções, Impostos, Contribuições e Outras Reten.	31.03.2021	31.12.2020
Retenções Previdenciária - RGPS	2.322.644,50	674.519,63
IRRF Devido ao Tesouro Nacional	98.714,65	11.463,96
Impostos e Contrib. Diversos Devido	5.270.180,76	1.626.534,90
ISS	1.074.186,73	287.785,14
Pensão Alimentícia	385.805,74	416.211,26
Depósitos a Efetuar por Determinação Judicial	9.529.327,31	157.570,06
Depósitos a Efetuar para Recursos	23.877,18	23.877,18
IPTU/TLP a Recolher	1.618,72	0,00
Taxa de fiscalização ou poder de polícia	2.412,44	0,00
Taxa pela Prestação de Serviços	51,94	51,94
Total	18.708.819,97	3.197.962,13

- a) Retenções Previdenciárias – RGPS – Registra o valor a recolher das retenções, de serviços de terceiros, a ser recolhido ao fundo do Regime Geral de Previdência Social – RGPS - RGPS.
- b) IRRF Devido ao Tesouro Nacional - Registra os valores a recolher referentes às retenções na fonte do imposto sobre a renda, relativas às importâncias pagas a terceiros ou creditadas a servidores ou empregados, sobre as quais incida o IRRF, devido ao Tesouro Nacional.
- c) Impostos e Contribuições diversos Devidos - Registra os valores referentes às retenções na fonte, pela entidade, de impostos e contribuições diversos (IR – Imposto de Renda, CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, PIS/PASEP - Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) relativas às importâncias pagas a terceiros, sobre os quais incidam os referidos tributos.
- d) ISS - Registra os valores do imposto sobre serviços retidos em consignações por força de legislação, circunstâncias ou acordo entre as partes envolvidas na transação, em situações que a entidade como parte contratante, atue como substituta tributária.
- e) Pensão Alimentícia – Representa os valores que a EBSEH retém dos funcionários que são obrigados a pagar pensão a dependentes. Tal valor se torna um passivo, pois gera a obrigação da empresa repassar os valores a quem é de direito.
- f) Depósito a Efetuar por Determinação Judicial – Valores a depositar em favor de empregado em razão de decisão judicial.
- g) Depósitos a Efetuar para Recursos Judiciais - Registra os valores relativos as obrigações contraídas por depósitos a efetuar pela entidade destinados ao exercício de direito de recurso junto à justiça. Neste caso

existe uma decisão judicial e para entrar com recurso a EBSEH comprometeu-se a realizar o depósito judicial em conta vinculada.

- h) IPTU/TLP a recolher – Parcela de IPTU a pagar.
- i) Taxa de Prestação de Serviços - Valores a pagar decorrente de taxas para licenciamento de veículo.

2.1.4 Obrigações Transitórias a Curto Prazo

Obrigações Transitórias a Curto Prazo	31.03.2021	31.12.2020
Débitos a Transferir	R\$ 0,00	20.098.971,93
Planos de Previdência e Assistência	348.135,24	344.560,78
Retenções - Empréstimos e Financiamentos	13.272.926,92	12.436.240,70
Depósitos Retidos de Fornecedores	2.896.272,12	928.441,85
Glosa de Encargos Trabalhistas	1.361.015,19	1.269.160,82
Retenções-Entidades Representativa	328.082,70	392.097,48
Indenizações, Restituições e compensações	154.374,68	448.849,85
Diárias a. Pagar	9.515,06	8.970,79
Adiantamentos Diversos Recebido	145,00	0,00
Depósitos e Cauções Recebidos	1.885.162,40	1.816.985,72
Depósitos de Terceiros	3.312.728,65	3.312.728,65
Convênios e Instrumentos Congêneres Devol.	141.002,91	R\$ 0,00
Incentivos a Educação, Cultura	47.915,43	R\$ 0,00
GRU-valores em Trânsito Para Estorno	923,40	R\$ 0,00
Saque -Cartão de Pagamento do Governo	102.124,24	1.099,62
Fatura - Cartão de Pagamento do Governo	209.015,54	26.246,97
Obrigações com entidades federais	R\$ 0,00	1.947,14
Outros Credores a Curto Prazo	98.563,45	76.715,50
Outros Consignatários	57.507,21	R\$ 0,00
Total	24.225.410,14	41.167.984,56

- a) Débitos a Transferir – Trata-se de valores referentes à receita SUS de 2019, pertencente às unidades que realizam execução financeira fora da gestão EBSEH. Com todas as filiais executando na gestão Ebserh não ocorrerá o envio de recurso para fora da gestão. Desta forma, registrou-se a baixa da obrigação.
- b) Planos de Previdência e Assistência – Representa os valores que os empregados autorizam a EBSEH a reter e repassar a entidades de previdência e assistência complementares.
- c) Retenções – Empréstimos e Financiamentos – Trata-se dos valores retidos em folha em relação a empréstimos consignados dos funcionários. O valor se torna um passivo, pois gera a obrigação da empresa repassá-lo a instituições financeiras.
- d) Depósitos Retidos de Fornecedores – Registra os valores de obrigações decorrentes de depósitos recebidos/retidos de fornecedores em função de aplicação de multas e outras determinações.

- e) Glosa de Encargos Trabalhista - Registra o valor glosado das faturas dos prestadores de serviços para garantir o pagamento de férias, 13º salário e multa rescisória, nos casos de dispensa sem justa causa. Base legal: Resolução CNJ 98/2009. O valor é recolhido em conta vinculada ao respectivo contratante.
- f) Retenções – Entidades Representativas - registra os descontos efetuados em folhas de pagamento de pessoal para posterior recolhimento a favor de instituições representativas de classe.
- g) Indenizações, Restituições e Compensações - Registra as obrigações relativas à indenizações, restituições e compensações.
- h) Diárias a pagar – Valores a pagar aos servidores, empregados públicos e colaboradores eventuais, para fazer face a despesas com passagem aérea e/ou terrestre, hospedagem, alimentação e locomoção urbana.
- i) Depósitos de Terceiros e Cauções Recebidos – Registra os valores das obrigações exigíveis contraídas com o recebimento de depósitos e/ou cauções pela entidade vinculados a contratos ou outros instrumentos, para garantias de operações específicas.
- j) Convênios e instrumentos congêneres devolvidos - Compreende os valores devolvidos referentes a convênios e instrumentos congêneres que aguardam a reclassificação do documento de arrecadação.
- k) Incentivos a Educação e Cultura - registra as obrigações com incentivos a educação, cultura, ciência, esporte por meio de bolsa de estudo.
- l) GRU-Valores em Trânsito para Estorno – Registra os valores recebidos por GRU a Título de estorno de despesa (pagamentos não realizados).
- m) Saque/Fatura– Cartão de Pagamento do Governo e Fatura – Cartão de Pagamento do Governo – Registra os valores referentes as despesas com suprimento de fundos, pendentes de saque com uso do cartão de pagamento do Governo Federal.
- n) Obrigações com Entidades Federais/Estaduais – Registra os valores exigíveis a curto prazo, decorrentes de reembolso de despesa de pessoal cedidos à EBSERH.
- o) Outros credores a curto prazo - registra os valores exigíveis a curto prazo, decorrentes de recursos obtidos junto a diversos credores, para os quais não haja contas específicas neste plano de conta.
- p) Outros Consignatários – Consignações retidos pela entidade sujeitos a recolhimentos ou pagamentos aos favorecidos.

2.1.5 Subvenções a Realizar

Subvenções de Custeio SUS a Realizar	31.03.2021	31.12.2020
Subvenções de Custeio SUS a Aplicar	1.709.025.382,75	466.110.953,98

Os valores registrados representam a compensação aos registros na conta de Subvenção a de Custeio SUS a Receber, R\$ 1.452.044.908,17. Registra-se também nessa conta os valores referentes as obrigações de restos a pagar vinculados ao SUS e Crédito Extraordinário para enfretamento da Covid-19 no total de R\$

256.980.474,57. No último caso, aguarda-se a efetivação das fases da realização da despesa, visto que os recursos se encontram em caixa. Quanto ao primeiro caso, os recursos deverão ser recebidos e aplicados ao longo do exercício de 2021. O saldo de Subvenções a Realizar apresenta-se maior que o saldo de Subvenções a Receber. A situação decorre do recebimento de valores que aguardam, em caixa, a execução e pagamento da despesa.

As Subvenções de Custeio SUS a Receber e a Realizar tem como base técnica o Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais e Nota Técnica SEI: NOTA No 21/2019/SC/CCF/DOF-EBSERH, Processo no 23477.005266/2019-66 (documento SEI no 1678224).

A base de cálculo para registro e atualização da Subvenção de Custeio SUS a Receber e Subvenção de Custeio SUS a Realizar é fornecida pelos Serviços de Gestão Financeira, Serviço de Execução Orçamentária e Financeira e Serviço de Planejamento Orçamentário, Subordinados a Diretoria de Orçamento e Finanças.

Os registros têm como finalidade evidenciar os valores de recursos do SUS a serem aplicados no custeio das atividades hospitalares durante o exercício corrente. Não houve registro em 2019.

2.2 Contratos de Arrendamento a Pagar

Obrigações contratuais a pagar referente a contratos de locação de veículos, instrumentos e imóveis classificados como contratos de arrendamentos como base na vigência do contrato, em conformidade com a NBC 06 (03). Maior detalhamento em nota 1.2.3.3.

Contratos de Arrendamento a Pagar	31.03.2021	31.12.2020
Financiamentos Internos por Arrendamentos Finance	142.261.661,42	139.811.358,78
Total	142.261.661,42	139.811.358,78

O saldo é atualizado conforme relatório de execução de contratos de arrendamento emitido pela área compra e contratos e parametrizado pela contabilidade com base no CPC 06.

2.3 Contingências para Indenizações Trabalhistas e Cíveis

Passivos Contingentes Prováveis	31.12.2021	Adições	Baixas	31.12.2020
Provisão para indenização Trabalhista	86.231.366,91	10.000,00	7.765.879,86	93.987.246,77
Provisão para indenização Cível	24.822.598,59	5.000,00	1.172.179,51	25.989.778,10
Total	111.053.965,50	15.000,00	8.938.059,37	119.977.024,87

Passivos Contingentes Possíveis	31.03.2021	Adições	Baixas	31.12.2020
Provisão para indenização Trabalhista	70.418.199,03	485.292,00	2.000.709,13	71.933.616,16
Provisão para indenização Cível	77.911.864,69	2.000,00	50.597.779,62	128.507.644,31
Total	148.330.063,72	487.292,00	52.598.488,75	200.441.260,47

As provisões de riscos fiscais e passivos contingentes estão relacionadas as ações judiciais vinculada aos seguintes temas:

Natureza Trabalhista Provável - Adicional de insalubridade. Majoração do Adicional de insalubridade. Horas extras. Férias em dobro. Desvio de função. Transferência.

Natureza Trabalhista Possível - Responsabilidade subsidiária. Verbas trabalhistas de terceirizados. Horas extras. Benefícios. Intervalos. Acidente de trabalho. Redução de jornada. Reintegração.

Natureza Cível Provável - Sanções administrativas. Questões relacionadas à concurso público, como pontuação de provas e títulos em concurso, nomeação e reclassificação. Acúmulo de vínculo. Erro médico. Realização de procedimento e serviços médicos. Danos materiais e morais. Teto salarial.

Natureza Cível Possível - Questões relacionadas a concurso público. Anulação do contrato de gestão da EBSEH com a Universidade. Residência médica. Erro médico. Acúmulo de vínculo. Licitação. Danos materiais e morais. Realização de serviço assistencial médico. Desvio de função de servidor. Teto salarial.

As provisões de contingências passivas, com vistas a atender ao regime de competência, são quantificadas por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos passados, podem, eventualmente, apresentar variações nos valores reais.

A atualização das provisões de riscos fiscais encontra-se normatizada na Ordem de Serviço - SEI nº 1/2017/CONJUR/PRES, de 17 de outubro de 2017, sob a gestão da Consultoria Jurídica da EBSEH.

A Consultoria Jurídica da EBSEH, utiliza o seguinte método de análise do prognóstico das ações judiciais:

Provável: “Ação que há maior probabilidade de a EBSEH perder. A demanda será classificada como “provável” quando houver decisão judicial parcial ou totalmente desfavorável aos interesses da empresa”;

Possível: “A chance de perder é menor que provável. A demanda será classificada como “possível” quando ainda não houver decisão judicial, mas é possível que ela venha a ser contrária aos interesses da empresa”.

Remota: “Pequena chance de a EBSEH perder. A demanda será classifica como “remota” quando há decisão judicial favorável aos interesses da empresa ou obrigação já tenha sido devidamente cumprida”.

Entende-se que a metodologia adotada pela Consultoria Jurídica atende o estabelecido pela norma contábil CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, por sua vez reflexos do IAS 38 (IFRS).

Quanto à obrigatoriedade de divulgação, o normativo CPC 25 descreve que para as classificações “Prováveis”, são necessários, o registro e a divulgação no Balanço Patrimonial. Para a classificação “Possível” é devida a publicação em nota explicativa. A classificação Remota não possui exigência de divulgação.

2.5 Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é formado pelas contas Capital Social Subscrito, AFAC, Prejuízos Acumulados, e Resultado do Exercício. O capital social está representado pelo valor inicialmente subscrito e integralizado por ocasião da constituição da EBSERH, mais valores de AFAC integralizados, sendo totalmente pertencente à União.

Patrimônio Líquido	31.03.2021	31.12.2020
Capital Social	381.384.237,75	381.384.237,75
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	240.602.835,50	202.658.776,91
Ajuste de Avaliação Patrimonial	R\$ 0,00	383.667,75
Prejuízos Acumulados	(594.716.238,50)	(529.928.021,77)

- a. **Capital Social** – É composto pelo valor inicial de R\$ 5.000.000,00, integralizado, com capital exclusivo da União e a integralização de AFAC aprovada pela AGE, realizada no dia de 28 de maio de 2020, no valor de R\$ 376.384.237,75.

Desta forma, o Capital Social da EBSERH registrado na Junta Comercial do Distrito Federal - JCDF, atualizado na Receita Federal do Brasil - RFB, é de R\$ 381.384.237,75.

- b. **Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital** – AFAC Considerando a orientação da Coordenação-Geral de Contabilidade da União - CCONT e Coordenação-Geral de Participações Societárias - COPAR (macro função 021122), todos os aportes orçamentários e financeiros feitos pelo Governo Federal a partir de 2017, destinado a investimentos estão registrados na conta AFAC.

Em 2020, o saldo de AFAC registrado no Patrimônio Líquido da EBSERH, no valor de R\$ 202.658.776,91, representa o aporte financeiro recebido para fins de investimento. Encontra-se em andamento o processo de integralização do valor ao Capital Social. Registrou mais R\$ 37.944.058,59 de AFAC no 1º trimestre de 2021, totalizando o saldo de R\$ 240.602.835,50.

- c. **Ajuste de Avaliação Patrimonial** – Registra as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo em decorrência da sua avaliação ou revisão, nos casos previstos em normas, enquanto não computadas no resultado do exercício. No caso em concreto, o saldo trata-se de revisão de apropriação de depreciação e amortização aplicados em anos anteriores. Por solicitação da COPAR-ME, o saldo de 2020 foi reclassificado para conta de ajuste de exercícios anteriores.

2.5.1 Prejuízos Acumulados

O resultado acumulado é composto pelo somatório das contas “Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores”, “Ajustes de Exercícios Anteriores” e “Resultado do Exercício”

Prejuízos Acumulados	31.03.2021	31.12.2020
Prejuízos Acumulados de Exer. Anteriores	(529.544.354,02)	(512.557.193,87)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(542.076,09)	(3.651.055,20)
Resultado do Exercício	(64.629.808,39)	(13.719.772,70)
Total	(594.716.238,50)	(529.928.021,77)

d. **Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores** – O saldo negativo é reflexo do cumprimento da finalidade da Empresa: “ Art. 3º A EBSERH terá por finalidade a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como a prestação às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres de serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, observada, nos termos do art. 207 da Constituição Federal, a autonomia universitária”. Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011.

Representa o somatório de resultados negativos apurados pela empresa, desde o exercício de 2014.

e. **Ajuste de Exercícios anteriores** – Registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. Trata-se de despesas que incorridas no exercício anterior e que por determinação da entidade o reconhecimento foi realizado pós-encerramento do exercício.

Em 2021, o saldo final tem como justificativa o reconhecimento de despesa com fornecedores de bens e serviços tendo como fato gerador operações realizadas em anos anteriores, bem como a reclassificação de saldos de Ajuste de Avaliação Patrimonial.

f. **Resultado do Exercício** – Representa o confronto de Receitas e Despesa, ganhos e perdas em um determinado período. O resultado aponta que, no período, as receitas e ganhos não foram suficientes para suportar as despesas e perdas apropriadas, apurando-se um prejuízo no período.

3. Demonstração do Resultado

A EBSERH, integrante do Orçamento Geral da União, recebe todos os seus repasses previstos na Lei Orçamentária Anual – LOA, conforme demonstrado abaixo:

3.1 Receita Bruta de Serviços

Corresponde à receita auferida com a atividade desenvolvida pela entidade. No caso concreto da EBSERH a Receita Bruta tem origem no recebimento de financeiro, por intermédio de Guia de Recolhimento da União – GRU, e apropriações de direitos a receber, registrados a partir da prestação de Serviços de Saúde no âmbito do SUS, e outros serviços:

3.1.1 Receita de Serviços e Exploração

Receita Bruta	31.03.2021	31.03.2020
Valor Bruto Exploracao Bens, Direitos e Serviço	34.024.361,84	16.619.203,84

São Receitas de Serviços e Exploração Patrimonial recebidos por meio de GRU ou apropriados a receber. Os recursos recebidos têm como contrapartida à prestação de serviço com fornecimento de alimentação nos refeitórios dos Hospitais Universitários bem como a concessão de espaços e patrimônio a terceiros, e outras receitas.

3.2 Custos dos Serviços Prestados

Considerando tratar-se de prestação de serviços, não há lapso temporal entre a atenção à saúde e o direito ao faturamento SUS. Os custos se transformam em despesas no próprio momento de sua ocorrência. Para a informação gerencial, na Demonstração do Resultado, referente àquelas despesas que se relacionam mais diretamente às receitas da contratualização SUS, ainda está em análise, na EBSERH, o sistema de gerenciamento de custos.

3.3 Despesas Operacionais

São as despesas apropriadas na operacionalização dos serviços de atenção à saúde, com foco no atendimento ao paciente nos hospitais universitários.

3.3.1 Despesa com Pessoal, Encargos e Benefícios

A maior parte das despesas da EBSERH é com pessoal e encargos. A despesa com pessoal, encargos e benefícios tem maior representatividade no rol de despesa da EBSERH. Ressalta-se que a EBSERH/SEDE centraliza toda a despesa de pessoal das 37 filiais e da Sede administrativa.

Considerando todas as rubricas de pessoal, nota-se um aumento de 28% na despesa de pessoal. A variação tem como causa o aumento no número de empregados, no período em análise (ver nota Nota a – Contexto Operacional). Veja abaixo o detalhamento da despesa de pessoal no período:

3.3.2 Remuneração a Pessoal

Remuneração a Pessoal	31.03.2021	31.12.2020
Vencimentos E Salários	687.109.050,03	550.507.673,41
Abonos	1.502,24	2.253,36
Adicionais	142.785.113,04	123.199.024,51
Gratificações	42.831.218,03	39.819.566,78
Férias	27.481.831,86	13.569.257,33
13. Salário - Rgps	95.213.072,82	80.292.784,57
Sentenças Judiciais - Encargos Patronais	6.322.919,87	4.244.845,51
Total	1.001.744.707,89	811.635.405,47

3.3.3 Encargos Patronais

Encargos Patronais	31.03.2021	31.12.2020
Contribuicao Patronal Para O Rpps	212.025,20	184.479,38
Contribuicoes Previdenciarias - In	239.334.988,64	199.267.506,46
FGTS	70.611.448,52	59.973.249,40
Outros Encargos Patronais	0,00	2.552,92
Total	310.158.462,36	259.427.788,16

3.3.4 Benefícios a Pessoal

Em razão do advento da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), da necessidade de esclarecimentos sobre os pagamentos de benefícios de pessoal, e de acordo com o art. 22 do Regulamento de Pessoal da EBSE RH, entende-se por “benefício” a vantagem *in natura* ou pecuniária, paga diretamente ou indiretamente ao empregado, quando obedecidos os critérios estabelecidos para sua concessão no Plano de Benefícios aprovado para a EBSE RH e firmado no Acordo Coletivo de Trabalho. Conforme estabelecido em normas internas, os benefícios espontâneos concedidos pela EBSE RH são:

Benefícios a Pessoal	31.03.2021	31.12.2020
Auxílio Alimentação	59.276.124,94	0,00
Auxílio Transporte	1.566.610,36	1.952.224,64
Assistencia à Saúde	13.389.121,59	12.577.965,31
Auxílio Creche	6.493.059,85	6.125.192,44
Auxílio Deficiente - Acordo Coletivo	385.332,56	309.132,22
Total	81.110.249,30	20.964.514,61

Em razão do advento da Lei nº 13.303/2016, há necessidade de esclarecimentos sobre os pagamentos de benefícios de pessoal, e de acordo com o art. 22 do Regulamento de Pessoal da EBSE RH, entende-se por

“benefício” a vantagem *in natura* ou pecuniária, paga diretamente ou indiretamente ao empregado, quando obedecidos os critérios estabelecidos para sua concessão no Plano de Benefícios aprovado para a EBSERH e firmado no Acordo Coletivo de Trabalho.

Ressaltamos que em 2020 ocorreu despesa com auxílio alimentação. A despesa no valor de 51.607.808 foi apropriada, no primeiro trimestre de 2020, na conta de serviços técnicos profissionais. A apropriação foi realizada na conta de serviços devido a gestão do recurso ter passado a ser pago/gerido por uma empresa de cartão alimentação/refeição. Corrigiu-se a classificação da despesa do auxílio alimentação pago via cartão alimentação/refeição, atualmente a despesa aparece classificada no grupo de benefícios a pessoal.

3.3.5 Outras Despesas com Pessoal e Encargos

Outras Despesas com Pessoal e Encargos	31.03.2021	31.12.2020
Indenizações e Restituições Trabalhista	3.789.616,10	2.018.555,16
Pessoal Requisitado de Outros órgãos	74.801,92	58.353,84
Total	3.864.418,02	2.076.909,00

- Indenizações e Restituições trabalhistas – Evidencia o pagamento de verbas indenizatórias e de rescisão contratual.
- Pessoal Requisitado de outros órgãos – Registra a despesa com reembolso de pessoal cedido por outros órgãos ou entes à EBSERH.
- Sentenças Judiciais – Gasto com processo judicial. Ressalta que se soma a este o valor classificado no grupo de Remuneração a Pessoal, Sentença Judicial, nota 3.3.2.

3.3.6 Uso de Material de Consumo

O aumento no consumo de materiais tem maior impacto nas naturezas de despesas de “Consumo de Material Farmacológico” e “Consumo de Material Hospitalar”, visto que são matérias primas essenciais para a prestação do serviço hospitalar. A conta de Consumo de Materiais estocados representa os estoques classificados sem o detalhamento por natureza de despesa, contém todos os tipos de despesas de bens de material de consumo do grupo. No Geral, o grupo apresenta um aumento de 58% na despesa com material essencial para a prestação da atividade dos hospitais.

Uso de Material de Consumo	31.03.2021	31.12.2020
Consumo de Materiais Estocados	134.407.697,61	79.404.621,06
Consumo de Softwares De Base	6.532,44	0,00
Consumo de Combustíveis E Lubrificantes	966.256,09	650.148,72
Consumo de Generos De Alimentação	2.949.231,16	3.173.087,95
Consumo de Material De Processamento de dados	228.030,73	135.345,43
Consumo de Material Farmacológico	59.347.807,69	38.262.545,26
Consumo de Material Hospitalar	53.969.997,25	35.423.142,34
Material de Consumo Imediato	4.700.319,45	3.735.464,47
Consumo De Outros Materiais	285.306,17	169.099,49
Perdas Involuntárias Com Estoques	1.650.554,22	3.035.851,38
Total	258.511.732,81	163.989.306,10

3.3.7 Serviços Tomados

Compreende as variações patrimoniais diminutivas provenientes da prestação de serviços fornecida a entidade governamental.

Serviços Tomados	31.03.2021	31.03.2020
Diárias , Serv. de Transp. Passagem e Hosp.	1.131.770,78	1.203.685,59
Serviços Técnicos, de Apoio Adm. e Operacional	240.329.325,60	235.923.856,28
Serviços Educacionais e Culturais	947.194,29	2.523.085,50
Sentenças judiciais - Serviços de Terceiros	230.864,04	127.873,71
Serviços de Comunicação, Gráfico e Audiovisual	574.778,91	459.617,12
Serv. Água e Esgoto, Ener.Eletr., Gás	27.552.192,84	15.563.752,48
Fornecimento de Alimentação	15.358.927,30	12.347.516,03
Locação e arrendamento mercantil	9.735.709,15	6.422.617,77
Total	295.860.762,91	274.572.004,48

- g. Diárias, Serv. De Transp. Passagem e Hospedagem – Registra a despesa com utilização de diárias pagas aos servidores, empregados públicos e colaboradores eventuais, e despesas com passagem aérea e/ou terrestre, hospedagem, alimentação e locomoção urbana.
- h. Serviços técnicos, de Apoio Administrativo e Operacional – Representa o custeio com a contratação de serviços de terceiros com a finalidade de manutenção da capacidade operacional da EBSERH. O Aumento da despesa decorre de diversos fatores, dentre os mais relevantes temos o pagamento do auxílio alimentação que agora é pago como serviços e a constante sub-rogação de contratos que migram para a gestão EBSERH.
- i. Serviços educacionais e culturais - Registra as variações patrimoniais diminutivas provenientes da utilização de serviços de conferências, exposições, espetáculos e estagiários. Ressarcimento de percentual de mensalidade de cursos tais como: graduação, pós-graduação e língua estrangeira. Registra, também, o auxílio transporte concedido aos estagiários e as despesas com concurso público para recrutar empregados.

- j. Sentenças judiciais – Serviços de Terceiros – Valores pagos a título de custas processuais.
- k. Serviços comunicação, gráficos e audiovisuais – Em sua grande parte, Despesa com publicação de matéria em Diário Oficial, além de gastos com telefonia.
- l. Serviços água e esgoto, energia elétrica e gás – representa as despesas com os concessionários de serviços de fornecimento de água, energia elétrica, gás e tratamento de esgoto.
- m. Fornecimento de alimentação – Representa a despesa com a contratação de serviço de fornecimento de alimentação nas unidades que não têm ou não utilizam refeitório próprio. Considerando o aumento da despesa no exercício, apresenta-se o detalhamento por unidade Executora.
- n. Locação/Arrendamento - Registra-se o impacto da amortização de despesa com Contrato de Arrendamento com mais de 12 meses de duração e a apropriação de despesa de locação de bens móveis e imóveis com duração inferior a 12 meses no âmbito da EBSERH.

3.3.8 Depreciação, Amortização e Impairment

Depreciação, Amortização e Impairment	31.03.2021	31.03.2020
Depreciação de Bens Móveis	8190504,72	5.539.104,36
Depreciação de Bens Imóveis	18633,13	8.907,75
Amortização de Intangível	1474271,07	1.367.654,89
Amortização de Imobilizado	30157,86	0,00
Total	9.713.566,78	6.915.667,00

A Depreciação e Amortização representam a perda de valor de um imobilizado/intangível decorrente de seu uso, do desgaste natural ou de sua obsolescência no período em análise. O detalhamento das respectivas contas patrimoniais encontra-se na nota 1.2.2.4.

3.3.9 Perdas Involuntárias e Desfazimentos

Perdas Involuntárias e Desfazimentos	31.03.2021	31.03.2020
Perdas Involuntárias de Bens Móveis	307.780,69	88.369,10
Total	307.780,69	88.369,10

Registra o desfazimento físico involuntário de bens móveis, como o que resulta de sinistros, extravio ou outras formas de perdas e até regularização devido a registro de entrada de bens em duplicidade.

3.3.10 Provisões para Riscos Fiscais

Provisões de Riscos Fiscais	31.03.2021	31.03.2020
VPD de Prov. P/ Riscos Trabalhista	0,00	1.408.298,82
VPD de Prov. P/ Riscos Cíveis	0,00	0,00
Total	0,00	1.408.298,82

Os detalhes referentes aos critérios de reconhecimento mensuração e controle das provisões de riscos ficam compõe a nota 2.3.

3.3.11 Despesas Tributárias

Despesas Tributárias	31.03.2021	31.03.2020
Taxas	243.879,23	182.169,13
Imposto s/ Propriedade Predial e Ter. Urbano	52.750,97	55.642,47
Imposto sobre Propriedade de Veículo	3.247,44	2.348,63
Obrigações Patronais s/ Serviços	750,00	1.658,18
Contribuição p/ Serviço Iluminação	39.402,62	27.416,63
Imposto de Renda	157.373,20	0,00
Imposto Sobre Operações Financeiras	1.794,06	0,00
Total	499.197,52	269.235,04

- Taxas – Despesa com Taxa de limpeza pública, fiscalização e funcionamento, alvarás de funcionamento, fiscalização sanitária, análise de projetos e outras taxas.
- IPTU – Apropriação da despesa de imposto sobre a propriedade predial e territorial Urbano.
- IPVA – Apropriação de despesa com imposto sobre a propriedade de veículos automotores
- Obrigações Patronais s/Serviços - Apropriação de imposto patronal de pessoa física.
- Contribuição p/Serviço de Iluminação pública – apropriação de despesa de contribuição de iluminação pública.
- Imposto de Renda – Pagamento de tributo sobre remessa de recurso ao exterior (pagamento no exterior).
- Imposto sobre Operações Financeiras – Pagamento de tributo sobre remessa de recurso ao exterior (pagamento no exterior).

3.3.12 Outras Despesas Operacionais

Outras Despesas Operacionais	31.03.2021	31.03.2020
Bolsa de estudos no país	248.420,15	7.253.733,61
Auxílios a pesquisadores	0,00	9.410,00
Indenizações	342.572,49	55.665,76
Restituições	1.485,00	1.463,00
Total	592.477,64	7.320.272,37

- Bolsa de estudos no país e Auxílio a Pesquisadores - Auxílio financeiro a pesquisador e a estudante para desenvolvimento de projeto nos HU – Hospitais Universitários.
- Indenizações – Representa o reembolso a empregados por pagamento de despesas da EBSERH, ressarcimento de transporte mobiliário de empregado movimentado por interesse da empresa e outros ressarcimentos.
- Restituições - Compreende pagamentos de reembolso de despesas e devolução de financeiro a parceiros para execução de termo de cooperação técnica.

3.3.13 Receitas Financeiras

Receitas Financeiras	31.03.2021	31.03.2020
Outros Juros E Encargos De Mora	674,68	199,56
Multas Administrativas	159673,63	183.207,45
Remuneração de Aplicações Financeiras		1.047.015,75
Total	160.348,31	1.230.422,76

- a) Multas Administrativas – Representa a arrecadação de valores relativos à quebra de contrato por parte dos fornecedores de serviço ou material, que por descumprimento de cláusulas contratuais foram autuados e multados.
- b) Outros juros e encargos de mora - Registra os juros e multas com penalidades pecuniárias decorrentes da inobservância de normas e com rendimentos destinados a indenização pelo atraso no cumprimento da obrigação.
- c) Remuneração de Aplicações Financeiras - trata-se de remuneração da conta única aplicada. Por não ser uma aplicação efetiva no mercado, a receita foi reclassificada para a conta de Receita com Subvenção do Tesouro. A aplicação é remunerada pelo Banco Central.

3.3.14 Despesas Financeiras

Despesas Financeiras	31.03.2021	31.03.2020
Multas	38.747,52	77.214,97
Juros	19.974,08	13.616,18
Encargo Financeiros	21.987,82	201.071,54
Total	80.709,42	291.902,69

- a) Encargos Financeiros - refere-se à retificação de GRU- Guia de recolhimento da União. A retificação operacionaliza uma troca de unidade beneficiária do financeiro, o que gera uma Variação Patrimonial Diminutiva, não é necessariamente um encargo financeiro.
- b) Multas e Juros - Os pagamentos de multas e juros estão relacionados aos atrasos no recolhimento de tributos retidos, e Multas Administrativas originárias de autuação dos órgãos de fiscalização e controle, em especial o MTE. Registra-se também a despesa com multas administrativas por descumprimento de obrigação com fornecedores.

3.3.15 Resultado Antes da Subvenção do Tesouro Nacional

Representa o confronto da Receita operacional com as despesas operacionais do período. Verifica-se um déficit de receita operacional na ordem de R\$ 1,9 bilhão.

3.3.16 Subvenção do Tesouro Nacional

A EBSERH recebeu o montante de R\$ 1,86 bilhões a título de Subvenção do Tesouro Nacional. As subvenções representam 98% dos recursos recebidos pela EBSERH.

As receitas advindas das subvenções governamentais, registradas em conformidade com CPC 07 (R1) – IAS 20, são receitas advindas da política pública do MEC e da União para manutenção e desenvolvimento dos Hospitais Universitários Federais sob a gestão da EBSERH. A Subvenção do Tesouro Nacional tem como objetivo principal cobrir os gastos com despesa de pessoal, encargos patronais e benefícios pagos a empregados. A Subvenção SUS são recurso recebidos no FNS para subvencionar os serviços fornecidos ao SUS.

Subvenção do Tesouro Nacional	31.03.2021	31.03.2020
Subvenção do Tesouro Nacional	1.466.094.842,51	1.155.287.621,13
Subvenção de Custeio SUS	397.534.725,83	367.983.680,97
Total	1.863.629.568,34	1.523.271.302,10

3.3.17 Resultado Antes da Contribuição Social e Imposto de Renda

Não será apurado a CSLL e o IRPJ em razão do resultado apresentado ser negativo.

3.3.18 Ativo Fiscal Diferido

Conforme o CPC 32 (R4) - Ativo fiscal diferido é o valor do tributo sobre o lucro recuperável em período futuro relacionado à: (a) diferenças temporárias dedutíveis; (b) compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados; e (c) compensação futura de créditos fiscais não utilizados.

O procedimento foi normatizado de acordo com a NBC TG 32 – Tributos Sobre o Lucro (CPC 32). Segundo a nova previsão, o ativo diferido fiscal seria objeto de reconhecimento depois de atendidas diversas condições, detalhadas no item 36 da referida norma:

“A entidade deve considerar os seguintes critérios para avaliar a probabilidade de que haverá disponibilidade de lucro tributável, contra o qual os prejuízos fiscais ou créditos fiscais não utilizados possam ser utilizados:

(a) se a entidade tem diferenças temporárias tributáveis suficientes relacionadas com a mesma autoridade tributária e a mesma entidade tributável que resultarão em valores tributáveis contra os quais os prejuízos fiscais ou créditos fiscais não utilizados podem ser utilizados antes que expirem;

(b) se for provável que a entidade terá lucros tributáveis antes que os prejuízos fiscais ou créditos fiscais não utilizados expirem;

(c) se os prejuízos fiscais não utilizados resultarem de causas identificáveis que são improváveis de ocorrer novamente; e

(d) se estiverem disponíveis para a entidade oportunidades de planejamento tributário (ver item 30) que criarão lucro tributável no período em que prejuízos fiscais ou créditos fiscais não utilizados possam ser utilizados.

“Na medida em que não for provável que estará disponível lucro tributável contra o qual prejuízos fiscais ou créditos fiscais não utilizados sejam utilizados, o ativo fiscal diferido não deve ser reconhecido”.

Em vista da inexistência de oportunidade para a utilização da base de crédito negativa, não houve reconhecimento de ativo fiscal diferido.

3.3.18 Resultado do Exercício

A demonstração do resultado evidencia o que é apurado pelo confronto das receitas e despesas no período. O resultado é o somatório das receitas de serviços e exploração de patrimônio, aplicações financeiras, receitas de subvenções oriundas do Orçamento Geral da União e Subvenções do FNS deduzindo-se as despesas operacionais, tais como pessoal, diárias, assessoria, aluguéis, serviços de terceiros, despesas patrimoniais, provisões, passivos etc.

O prejuízo apurado no período destaca o caráter de “empresa pública dependente que tem a EBSEH”. Destaca sua característica assistencial sem objetivo de obter lucro. A empresa apresentou R\$ 5,5 milhões de prejuízo no trimestre.

4 Transações com Partes Relacionadas

Em consulta aos gestores da área de contratos, nos foi informado que a empresa não possui contratos (negócios) com partes relacionadas, nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas da EBSEH.

“Transação com parte relacionada é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida”, parágrafo 9, CPC 05.

5 Informações Complementares

Remuneração pagas a empregados e administradores - De acordo com a Resolução nº 3, de 31 de dezembro de 2010, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR, publicada no Diário Oficial da União – DOU, em 28 de março de 11, apresentamos o quadro abaixo. Nos valores das remunerações, estão inclusos os adicionais fixos:

Administradores		2021
Maior		30.999,53
Menor		2.940,53
Média		17.406,98

Empregados		2021
Maior		18.200,20
Menor		2.254,85
Média		5.919,25

6 Conciliação Conforme Acórdão nº 2016/2006 – TCU – plenário

Em atenção ao Acórdão N° 2016/2006 - TCU – Plenário deve-se promover a conciliação entre a contabilidade feita de acordo com a Lei nº 6.404/197676 e aquela promovida conforme a Lei nº 4.320/1964, apresentadas pelas empresas estatais dependentes, abaixo quadro comparativo:

ATIVO	Lei 6.404/76 - BP		Lei 4.320/64 - BP SIAFI		Diferenças apurados entre as legislações	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Circulante	2.430.023.129,12	1.137.165.231,42	2.679.296.961,22	1.654.882.556,26	249.273.832,10	517.717.324,84
Não Circulante	613.020.973,07	557.949.458,56	470.762.163,05	418.140.951,18	(142.258.810,02)	(139.808.507,38)
TOTAL DO ATIVO	3.043.044.102,19	1.695.114.689,98	3.150.059.124,27	2.073.023.507,44	107.015.022,08	377.908.817,46

PASSIVO	Lei 6.404/76 - BP		Lei 4.320/64 - BP SIAFI		Diferenças apurados entre as legislações	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Circulante	2.762.457.640,52	1.380.827.645,69	2.746.716.612,95	1.292.664.418,36	(15.741.027,57)	(88.163.227,33)
Não Circulante	253.315.626,92	259.788.383,65	111.053.965,50	119.977.024,87	(142.261.661,42)	(139.811.358,78)
Patrimônio Líquido	27.270.834,75	54.498.660,64	292.288.545,82	660.382.064,21	265.017.711,07	605.883.403,57
TOTAL DO PASSIVO	3.043.044.102,19	1.695.114.689,98	3.150.059.124,27	2.073.023.507,44	107.015.022,08	377.908.817,46

PATRIMONIO LIQUIDO	Lei 6.404/76 - BP		Lei 4.320/64 - BP SIAFI		Diferenças apurados entre as legislações	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Capital Social	381.384.237,75	381.384.237,75	381.384.237,75	381.384.237,75	0,00	0,00
AFAC	240.602.835,50	202.658.776,91	104.994.058,59	67.050.000,00	135.608.776,91	135.608.776,91
Ajuste de Aval. Patrim.	0,00	383.667,75	530.267,92	385.966,10	(530.267,92)	(2.298,35)
Prej. Acum. Ex. Anteriores	(529.544.354,02)	(512.557.193,87)	211.561.860,36	711.105.837,90	(741.106.214,38)	(1.223.663.031,77)
Ajuste. Ex. anteriores	(542.076,09)	(3.651.055,20)	(83.665.852,10)	(168.591.456,75)	(83.123.776,01)	(164.940.401,55)
Resultado do Exercício	(64.629.808,39)	(13.719.772,70)	(322.516.026,70)	(330.952.520,79)	(257.886.218,31)	(317.232.748,09)
Total	27.270.834,75	54.498.660,64	292.288.545,82	660.382.064,21	(947.037.699,71)	(1.570.229.702,85)

6.1 Considerações pertinentes às Demonstrações 6.404/1976 e 4.320/1964.

As considerações tem como objetivo justificar a desarmonia apurada entre as demonstrações contábeis apresentadas pela lei 4.320/64 e as demonstrações elaboradas em atendimento a legislação societária, lei 6.404/76.

6.2 Ativo

- a. Fatura/Dupl. a Receber – Valores apropriados com base relatório de execução financeira em que fica constatado o represamento de financeiro não recebido no 1º trimestre. Os recursos serão recebidos no 2º trimestre. O fato ocorreu devido o atraso na aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2021. Registramos o reconhecimento da receita pela competência das obrigações. Por essa razão registramos o valor de 115.032.663,85 de Subveção a receber.
- b. 13º Salário Adiantamento – Em análise de controles internos ficou constatado a necessidade de baixar o valor de R\$ 1.831.173,49. Devido o prazo de fechamento do SIAFI, a baixa foi realizada somente no sistema contábil societário. A conciliação com o SIAFI será realizada dentro do exercício de 2021.
- c. Adiantamento - Termo Execução Descentralizada – TED. Deduziu-se no sistema societário, conta 1.1.3.8.2.38.00 - Adiantamento - Termo Execução Descentralizada, no valor de R\$ 362.475.322,46. Em nosso entendimento não se trata de um direito e sim de controle para prestação de contas. Por essa razão não foi considerado na elaboração do Demonstrativos Contábeis Societário;
- d. Máquinas Utensílio e Equipamentos - O valor de R\$ 116.434.553,06 não foi registrado no SIAFI devido à dificuldade em operacionalizar os registros de compensação nas contas de ativo e passivo. Refere-se ao Controle de Contratos de Arrendamento. Veja maiores esclarecimentos sobre contrato de arrendamento na nota 1.2.3.3.
- e. Veículo de Tração Mecânica - Contrato de Arrendamento – Em revisão aos registros de contrato de arrendamento ficou constatado que durante o processo de amortização dos contratos restou no SIAFI um saldo a baixa no valor de R\$ 2.851,40. O valor foi baixado no Sistema societário em 2020 e será baixado no SIAFI em 2021.
- f. Direto de Uso de Bens Imóveis - O valor de R\$ 25.918.108,36 não foi registrado no SIAFI devido à dificuldade em operacionalizar os registros de compensação nas contas de ativo e passivo Refere-se ao Controle de Contratos de Arrendamento. Veja maiores esclarecimentos sobre contrato de arrendamento na nota 1.2.3.3.

Ativo - Sistema Societário x SIAFI			
1.1.2.2.01.06	Faturas/Dupl. a Receber	(115.032.663,85)	Reconhecimento somente no Societário
1.1.3.1.1.01.01	13º Salário - Adiantamento	1.831.173,49	Reconhecimento de baixa no Societário
1.1.3.8.2.38.00	Adiantamento - TED	362.475.322,46	Reconhecimento Somente no SIAFI
1.2.3.1.1.01.25	Máquinas, Utensílios e Equipamentos	(116.343.553,06)	Reconhecimento somente no Societário - Contrato de Arrendamento
1.2.3.1.1.05.03	Veículo de Tração Mecânica	2.851,40	Reconhecimento Somente no SIAFI - Contrato de Arrendamento
1.2.4.3.1.01.01	Direito de Uso de Bens Imóveis	(25.918.108,36)	Reconhecimento somente no Societário - Contrato de Arrendamento
Total		107.015.022,08	

6.2.1 Passivo Circulante

- a. Décimo Teceiro Salário a Pagar – Devido ao prazo de fechamento do SIAFI, o valor de 30.724.806,30 foi atualizado somente no sistema contábil societário. A conta estará conciliada com o SIAFI no mês seguinte.
- b. Férias a Pagar – Devido ao prazo de fechamento do SIAFI, o valor de 8.356.769,33 foi atualizado somente no sistema contábil societário. A conta estará conciliada com o SIAFI no mês seguinte.
- c. Transferências Financeiras a Comprovar – TED a Comprovar - TED. Deduziu-se no sistema societário os valores referentes a TED a comprovar. Em nosso entendimento não se trata de uma obrigação e sim de controle para prestação de contas. Por essa razão, o valor de R\$ 23.340.548,06 não foi considerado na elaboração do Demonstrativos Contábeis Societários;

Passivo - Sistema Societário x SIAFI			
Passivo Circulante		Saldo	Sistema contábil
2.1.1.1.1.01.02	Décimo Terceiro Salário a Pagar	(30.724.806,30)	Reconhecimento no Societário.
2.1.1.1.1.01.03	Férias a Pagar	(8.356.769,33)	Reconhecimento no Societário.
2.1.8.9.2.06.00	Ted a Comprovar	23.340.548,06	Reconhecimento somente no SIAFI
Total		(15.741.027,57)	

6.3 Passivo Não Circulante

- a. Financiamentos Internos por Arrendamento – A diferença de 129.496.381,96 apresentada entre o passivo não circulante em relação o sistema contábil societário e o sistema público (SIAFI), tem como consequência o reconhecimento de obrigações referente a contrato de arrendamento. A com origem das obrigações são os contratos de locação de bens móveis. O registro de contratos de arrendamento tem como objetivo cumprir o normativo contábil, em obediência à NBC TG 6 – Arrendamentos, conforme explicitado na nota 1.2.2.3 e 2.2. Dificuldades operacionais impedem o registro no SIAFI.

Passivo Não Circulante			
2.2.2.3.1.02.00	Financiamentos Internos por Arrendamento	(142.261.661,42)	Reconhecimento no Societário.

6.4 Patrimônio Líquido

A conciliação do Patrimônio Líquido demonstra o impacto do reconhecimento da despesa no resultado do Exercício, nos Resultados Acumulados, na conta de Ajuste de Exercício Anterior e Reconhecimento de AFAC. Em consequência das limitações de sistemas e aspectos técnico contábil, alguns desses registros foram reconhecidos em apenas um dos sistemas. A diferença apresentada no quadro de conciliação, nota nº 6 é reflexo do reconhecimento dos atos e fatos contábeis abaixo.

- a. AFAC- A EBSERH reconheceu 202.658.776,91 de AFAC em 31.12.2020. Parte desse valor, 67.500.000,00 foi reconhecido por meio de programação financeira emitida pelo MEC, com evento de AFAC. A outra parte do valor foi reconhecido utilizando critério técnico contábil em que entende como AFAC os recursos recebidos pela EBSERH, para fins de Investimentos, que tenha ocorrido de fato a execução em investimento. Nessas condições foi reconhecido o valor de 70.086.389,07 recebido do MEC e 65.072.387,84 recebidos do FNS/MS, totalizando o valor de 135.158.776,91 de recursos para investimentos.
- 67.500.000,00 foi transferido pelo MEC a título de AFAC e foi registrado no SIAFI da UG 155007;
 - 70.086389,07 foi transferido pelo MEC à EBSERH para fins de investimento – no SIAFI está registrado como Subvenções. No Sistema Societário foi registrado como AFAC devido à natureza de investimento;
 - 65.072.387,84 foi transferido pelo FNS/MS à EBSERH para fins de investimento – no SIAFI está registrado como Subvenções. No Sistema Societário foi registrado como AFAC devido à natureza de investimento;

AFAC	Saldos	Conta Contábil
Reclassificação de Receita de investimento para AFAC	(135.608.776,91)	2.3.2.1.2.00.00
Total	(135.608.776,91)	

- b. Ajuste de Avaliação Patrimonial – No caso em concreto, o saldo trata-se de revisão de apropriação de depreciação e amortização aplicados em anos anteriores. No SIAFI o valor está registrado como Ajuste de Avaliação Patrimonial, já no sistema contábil societário o valor foi reclassificado para os resultados Acumulados. A reclassificação segue orientações dos órgãos supervisores.

Ajuste de Avaliação Patrimonial		
Reclassificado para conta de Ajuste de Exercícios Anteriores	(144.301,82)	2.3.4.1.1.00.00
Reclassificado para conta de Res. Acumulados no Societário	(385.966,10)	2.3.4.1.2.00.00
Total	(530.267,92)	

- c. Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores – representa os prejuízos dos resultados apurados. A diferença de R\$ 741 milhões entre os demonstrativos SIAFI e os Demonstrativos Societários está detalhado na de conciliação das Demonstrações Contábeis de 2019 e 2020.

Prejuízos. Acum. Ex. Anteriores		
Difereças de resultados Apurados entre os Sistemas em 2019 e 2020	(741.106.214,38)	
Total	(741.106.214,38)	

- d. Ajuste de Exercícios Anteriores – O saldo de Subvenção a Pagar(Créditos Extraordinários) foi reconhecido no Societário em 2020 e no SIAFI em 2021. Em 2020 o registro teve como contrapartida contas de Resultado. O registro SIAFI em 2021 teve como contrapartida a conta de Ajuste de Exercícios Anteriores. O valor de 144.301,82 referente registrado na conta de Ajsute de Avaliação Patrimonial no SIAFI foi reclassificado, no sistema contábil societário, em 2021, para a conta de Ajuste de Exercícios Anteriores.

Ajuste de Exercícios Anteriores - Societário x SIAFI		
Subvenção a Pagar (Crédito extraordinário) SIAFI 2021	(82.979.474,19)	2.1.8.9.1.37.00
Reclassificação de Ajuste de Avaliação Patrimonial para a conta de resultados acumulados em 2019	(144.301,82)	2.3.4.1.1.00.00
Total	(83.123.776,01)	

- e. Resultado do Exercício – O resultado do Exercício apurado no SIAFI diverge do resultado apurado no Societário. As diferenças tem como causa as dificuldades operacionais em efetivar alguns tipos de registros no SIAFI ou mesmo a inviabilidade de registros e retificações após o prazo de fechamento do sistema. Visto que o sistema contábil societário é mais flexível, quanto a prazo de fechamento, São eliminados os efeitos das operações com TED no Sistema societário. Em nosso entendimento as operações com TED registradas nas contas de resultados são de certa forma inadequados, pois são meros registros de controles. Registramos em 2021 no SIAFI valores de 2020 que devido ao fechamento não havíamos registrdos. Foi baixado Ativos(Receita SUS) e Passivos Férias a Pagar no SIAFI em 2021. Houve registros de Féria a Pagar e 13º Salarios a pagar após o fechamento SIAFI do 1º Trimestre de 2021. Baixou-se a obrigação com Debitos as transferir a entidades HUF com execução fora da gestão EBSERH. Atualmente não é usual a efetivação do tipo de transferência. Os detalhes das divergências e as contas impactadas estão na listadas na tabela abaixo:

Resultado do Exercício		
Baixa de Despesa de Comprovação de TED	(16.896,90)	3.6.4.1.2.01.00
Baixa de Despesa de Comprovação de TED	(66.054.166,05)	3.6.5.1.2.01.00
Baixa de Receita SUS - SIAFI 2021 e Societário 2020	(96.069.503,51)	3.6.5.1.1.01.00
Baixa Des. Férias SIAFI 2021 e Societário 2020	(8.800.432,37)	3.6.5.1.1.01.00
Férias a pagar após Fechamento SIAFI 1º Trim.2021	8.356.769,33	3.6.5.1.1.01.00
13º a pagar após Fechamento SIAFI 1º Trim.2021	30.724.806,30	3.6.4.1.2.01.00
Subvenção a receber - Após fechamento SIAFI	(115.032.663,85)	4.6.3.1.1.01.00
Baixa de Receita de TED	6.881.667,18	4.6.3.9.2.01.00
Baixa de Receita de TED	392.000,00	4.6.4.1.2.01.00
Receita de baixa de passivo - Debito a Transferir	(20.098.971,93)	4.6.4.1.2.01.00
13 Salário - Adiantamento - Reconhecimento de baixa no Societário	1.831.173,49	3.6.5.1.1.01.00
Total	(257.886.218,31)	

Os valores abaixo detalhados representa a diferença apurada na conciliação da conta Ajuste de Exercícios Anteriores entre os demonstrativos SIAFI e os Demonstrativos Societários. Os eventos contábeis foram reconhecidos no Sistema Societário conforme a competência dos fatos geradores e já compõe o resultado acumulado. Por alguma limitação, os valores foram reconhecidos no SIAFI somente no 1º Trimestre de 2020.

O reconhecimento no SIAFI teve como contrapartida a conta de Ajuste de Exercícios anteriores. Por compor os saldos de resultados apurados no sistema societário é necessário fazer a distinção para que não se duplique seus efeitos no resultado da empresa.

O resultado do Exercício apurado no SIAFI diverge do resultado apurado no Societário. Eliminamos os efeitos das operações com TED no Sistema societário. Em nosso entendimento as operações com TED registradas nas contas de resultados são de certa forma inadequados, pois são meros registros de controles.

Os registros realizados no sistema societário tem como objetivo apresentar demonstrações contábeis sob a primazia da essência sobre a forma a fim de retratar fielmente o resultado da empresa e sua composição patrimonial. Entendemos que as divergências serão sanadas nos exercícios seguintes com a baixa das conta de controle (TED) e com a apuração dos resultados de todos os registros nos dois sistemas contábeis.

OSWALDO DE JESUS FERREIRA
Presidente
CPF 415.430.927-72

EDUARDO CHAVES VIEIRA
Diretor Vice-Presidente Executivo
CPF 415.431.577-34

IARA FERREIRA PINHEIRO
Diretora de Orçamento e Finanças
CPF 000.894.661-28

WASLEI JOSÉ DA SILVA
Coordenador de Contabilidade e Finanças
CPF 896.939.811-20

ALEX RODRIGUES BATISTA
Chefe de Serviço de Contabilidade
Contador CRC/DF 024898/O
CPF 054.305.376-83